

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final **Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas** **em Justiça Criminal e Segurança Pública**

Proponente

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

Autor (a)

Cláudio Beato

Título da Pesquisa

Estudos exploratórios que visam analisar dinâmicas, padrões estatístico espaciais e fatores explicativos da incidência de roubos, com ênfase nos roubos "a transeunte", em "transporte público", "de veículos" e "de cargas" e recomendar estratégias de prevenção para a atuação dos órgãos de justiça criminal e segurança pública

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006



**Ministério
da Justiça**

GOVERNO FEDERAL

CONCURSO NACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS EM PROGRAMAS DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

Projetos Específicos - Projetos comparados ou não que têm por foco as temáticas específicas abordadas no Plano Nacional de Segurança, e cujos resultados possam aprofundar o conhecimento sobre aspectos relevantes das dinâmicas e fenômenos sociais ligados à segurança pública e justiça criminal, e produzir subsídios para o aperfeiçoamento de normas, ferramentas, procedimentos e experiências em curso nos Estados e Municípios.

Linha de Pesquisa(09): Programas de Redução da Violência

Estudos exploratórios que visam analisar dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência de roubos, com ênfase nos roubos “a transeunte”, em “transporte público”, de “veículos” e de “cargas”, e recomendar estratégias de prevenção para a atuação dos órgãos de justiça criminal e segurança pública.

RELATÓRIO FINAL

Linha de Pesquisa(09): Programas de Redução da Violência

Estudos exploratórios que visam analisar dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência de roubos, com ênfase nos roubos “a transeunte”, em “transporte público”, de “veículos” e de “cargas”, e recomendar estratégias de prevenção para a atuação dos órgãos de justiça criminal e segurança pública.

Responsável Técnico

Cláudio Chaves Beato Filho

SUMÁRIO

Equipe	04
Objetivo	05
Metodologia	06
Introdução	09
Resultados	10
1. Survey aplicado a Praças e Oficiais da PMMG de Belo Horizonte	10
2. Análise das Informações Obtidas Através da Pesquisa “Survey de Vitimização” realizado pelo CRISP no ano de 2002 em Belo Horizonte	17
3. Dinâmica temporal e espacial dos crimes contra o patrimônio na área central de Belo Horizonte	22
Recomendações	XX
Bibliografia	XX

EQUIPE

Responsável Técnico

Cláudio C. Beato F., DR. - Dpto Sociologia - Fafich / UFMG

Pesquisadores

Bráulio Figueiredo A Silva

Frederico Couto Marinho

Ricardo Tavares

Estagiários

Adenir Luiz Campos

Keli Rodrigues

Lídia Cristina Silva Barbosa

OBJETIVO

Este trabalho discutirá a aplicação da Teoria das Oportunidades na análise das taxas de criminalidade. Para tal, ele organizará uma base de dados pontuais geoprocessados sobre crimes violentos na cidade de Belo Horizonte. Em particular, serão discutidas hipóteses que buscam explicar taxas de criminalidade em referência a indicadores de desigualdade, ou carência de serviços básicos providos pelo Estado. Serão utilizados índices de criminalidade violenta coletados para todos os setores censitários da cidade. Estes indicadores serão corrigidos através dos estimadores empíricos de Bayes, e correlacionados com informações sócio econômicas, procedendo-se assim a uma análise ecológica da incidência de delitos criminais. Além dos dados de fontes secundárias, serão utilizadas informações produzidas anteriormente através de (a) um survey sobre desordem, medo, vitimização e coesão social com a população de 140 bairros e; (b) survey com os policiais da cidade, composto por 1200 questionários.

O desenvolvimento social e econômico pode se constituir num contexto propício para o crescimento das taxas de criminalidade, especialmente nas modalidades de crime contra o patrimônio. Esta não é uma idéia nova se considerarmos a literatura clássica sobre o tema (Durkheim, 1978), mas certamente é se considerarmos as explicações na produção brasileira e latino americana sobre crescimento de taxas de criminalidade (Pinheiro, 1983. Boschi, 1982). Para tal, em contraposição às teorias que lidam com as características individuais ou dos grupos sociais, serão utilizados modelos que lidam com a distribuição espacial e com contextos de oportunidades para a ação criminosa.

METODOLOGIA

3.1.1) Dados de crimes

Dados da Polícia Militar de Minas Gerais

1. Ocorrências registradas pelo telefone 190 da Polícia Militar de Minas Gerais

- 85.020 ocorrência de crimes violentos no período de seis anos (2000 a 2005). A classificação de crimes violentos adotada pela Polícia Militar de Minas Gerais agrega os seguintes delitos: homicídio, homicídio tentado, estupro, roubo, roubo à mão armada, roubo de veículos, roubo de veículos à mão armada e seqüestro
- 76.342 ocorrências de crimes em Belo Horizonte e 477.619 ocorrências de crimes em Minas Gerais no período de seis anos (2000 a 2005)

3.1.2) Ministério da Saúde

1. Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde

- 204.362 ocorrências de homicídio das capitais dos Estados brasileiros para os anos de 1980 a 1996

3.2) Informações Socioeconômicas

Logo adiante, encontra-se uma descrição das variáveis

3.2.1) Prefeitura de Belo Horizonte

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2004.

3.2.2) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Informações Sócioeconômicas da população de Belo Horizonte por setor censitário do Censo de 1991.

3.2.3) Prodabel - Base de dados de geoprocessamento produzidos pela Prodabel, órgão da Prefeitura de Belo Horizonte, com uma base de dados geográfica com mais de cinco milhões de objetos cadastrados. São arquivos gráficos com representação de informações que vão

desde a malha viária até dados físicos, tais como hidrografia, arborização e topografia da cidade. Para efeitos do projeto, foram utilizados os dados referente a bairros, eixos de ruas, favelas, áreas verdes, áreas das companhias de policiamento e batalhões, além de informações georreferenciadas sobre alvos de delitos, tais como bancos, supermercados, mercearias, padarias e casas lotéricas.

Variáveis dependentes

Quadro 1.1: Variáveis dependentes – crimes violentos

Crimes contra o patrimônio	Roubos sem o uso de arma	A residências urbanas
		A estabelecimento bancário
		A ônibus / coletivo
		A casa lotérica
		A padaria
		A mercearia / supermercado
		A depósito em geral
		A veículo automotor
		A táxi
		A transeunte
		A postos de combustível
	Roubos à mão armada (assalto)	A residências urbanas
		A estabelecimento bancário
		A ônibus / coletivo
		A casa lotérica
		A padaria
		A mercearia / supermercado
		A depósito em geral
		A veículo automotor
		A táxi
		A transeunte
		A postos de combustível

Variáveis independentes

Quadro 1.2 Informações Sócio-econômicas

Características urbanas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nível de limpeza das ruas 2. Porcentagem de área ocupada com comércio 3. Porcentagem de área ocupada com residências 4. Número de grupos culturais 5. Nível de acabamento das residências 6. Número de residências 	
	<u>Índice de Infra-estrutura urbana</u> Porcentagem de domicílios assistidos com ...	<ol style="list-style-type: none"> 1. Água tratada 2. Esgoto encanado 3. Energia elétrica 4. Iluminação pública 5. Rua calçada 6. Telefone
	<u>Índice de acesso a serviços urbanos</u> Número de ...	<ol style="list-style-type: none"> 1. Banco 2. Posto de gasolina 3. Pontos de táxi 4. Agência de correio 5. Bancas de revista 6. Telefone público
	<u>Índice de proteção social</u> Número de pessoas assistidas em programas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Creche 2. 7 a 15 anos 3. Qualificação profissional 4. Idosos 5. Familiares
Características populacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Renda 2. Idade 3. Anos de escolaridade 4. Porcentagem de idosos 5. Porcentagem de crianças 6. Porcentagem de brancos 7. Porcentagem de homens 8. Porcentagem de empregados 9. Porcentagem de ocupados em profissões formais 10. Porcentagem de desnutridos 11. Taxa de mortalidade infantil 12. Taxa de analfabetismo 	

INTRODUÇÃO

Crime e Oportunidade: Dinâmicas dos crimes contra o patrimônio e políticas de controle em Belo Horizonte

Já há alguns anos, o medo tem sido um dos sentimentos mais proeminentes entre os habitantes de nossa cidade. Estampado na face daqueles que tiveram o infortúnio de ser vítimas diretas ou indiretas da violência ou na atitude cautelosa daqueles que temem vir a ser, o fato é que a violência e a criminalidade vêm assumindo extenso espaço na mídia e na vida da população. Essa enorme deterioração da qualidade de vida da cidade tem tomado parte crescente na agenda de nossos administradores, em diferentes níveis.

Para oferecer uma resposta adequada e eficiente sobre a criminalidade e violência, a informação precisa e atual é ferramenta preciosa para explicar suas formas de manifestação e as razões de sua existência. Isso possibilita uma intervenção mais adequada, bem como uma mobilização mais compreensiva por parte da população.

Com isso, a orientação de políticas e a condução de programas e projetos de controle da criminalidade passam a ser orientadas minimamente por alguns pontos cardeais, tornando-se assim mais eficiente e democráticas. Em segundo lugar, a formulação de políticas públicas pode se dar de forma mais qualificada mediante o feedback fornecido pelas avaliações dos resultados alcançados, bem como pelas dificuldades identificadas na implementação de projetos e programas. Constitui aspecto dramático de nossas políticas públicas em geral e das políticas em segurança pública em particular a ausência sistemática de quaisquer tipos de avaliação de eficiência ou eficácia.

A produção de informações acerca de criminalidade e violência em Belo Horizonte não se esgota de forma alguma com os dados aqui disponíveis. Ao procurar desvelar os múltiplos espaços urbanos, bem como as inúmeras manifestações de criminalidade e violência aqui existentes, buscamos, fundamentalmente, mostrar que qualquer intervenção neste terreno deve tomar em consideração a imensa diversidade dos espaços da cidade e dos heterogêneos e múltiplos atores que aqui vivem. Trata-se de um instrumento útil tanto para policy-makers quanto para estudiosos do fenômeno que estejam interessados em uma análise mais focalizada da violência na cidade, na medida em que permite que essa diversidade seja incorporada como elemento de análise e intervenção.

RESULTADOS

1. Survey aplicado a Praças e Oficiais da PMMG de Belo Horizonte

Análise das Informações Obtidas Através da Pesquisa “A Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta – Survey aplicado a Praças e Oficiais da PMMG de Belo Horizonte” realizada pela FJP/ CRISP no ano de 2002 em Belo Horizonte

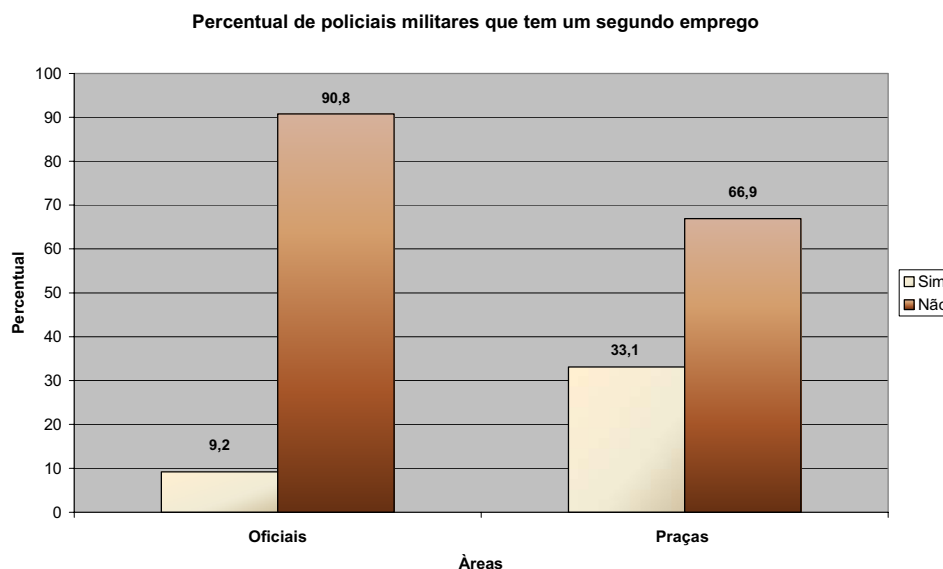
Os dados produzidos através do survey com os policiais militares de Belo Horizonte permitem identificar o grau de integração institucional, satisfação profissional e dos entraves existentes na execução do trabalho policial, segundo a avaliação de praças e oficiais.

1.1. Perfil profissional da organização policial: Praças & Oficiais

Tabela 01 - *Percentual de policiais militares que tem um segundo emprego*

	% Oficiais com segundo emprego	% Praças com segundo emprego
Sim	9,2	33,0
Não	90,8	67,0
Total	100,0	100,0

Fonte: FJP/CRISP



Tanto oficiais quanto praças têm outra atividade profissional, além do trabalho na polícia militar, para complementar a renda familiar. Entre os oficiais, o percentual é de quase 10% já entre os praças um terço deles tem um segundo emprego.

1.2. Percepção do tipo ideal do perfil policial: Praças & Oficiais

Tabela 02 - **Importância do respeito à lei no perfil do policial**

	% Oficiais	% Praças
Pouco importante	2,2	2,5
Importante	17,4	32,0
Muito Importante	80,4	65,4
Total	100,0	100,0

Fonte: FJP/CRISP

Quanto à prevalência da legalidade no trabalho policial, a maioria dos entrevistados acredita ser importante ou muito importante o respeito à lei no perfil ideal do policial, tanto oficiais quanto praças. Entretanto, a ênfase no caráter muito importante da legislação foi distinta, 80% dos oficiais marcaram esta alternativa sendo que apenas 65% dos praças concordaram com ela.

Tabela 03 - **Capacidade de solucionar problemas da comunidade no perfil policial**

	% Oficiais	% Praças
Nada importante	8,1	8,7
Importante	36,6	39,3
Muito Importante	63,4	52,14
Total	100,0	100,0

Fonte: FJP/CRISP

Quanto à relevância da capacidade dos policiais em solucionar problemas da comunidade, oficiais e praças concordam, em sua maioria, que esta tarefa é importante ou muito importante no perfil dos policiais. Entretanto, o percentual entrevistados que não considera esta tarefa relevante é significativo, representando aproximadamente 8% dos praças e dos oficiais.

Tabela 04 - *Importância da utilização da força física no perfil policial*

	% Oficiais	% Praças
Nada importante	69,4	62,9
Importante	26,3	29,4
Muito Importante	4,3	7,7
Total	100,0	100,0

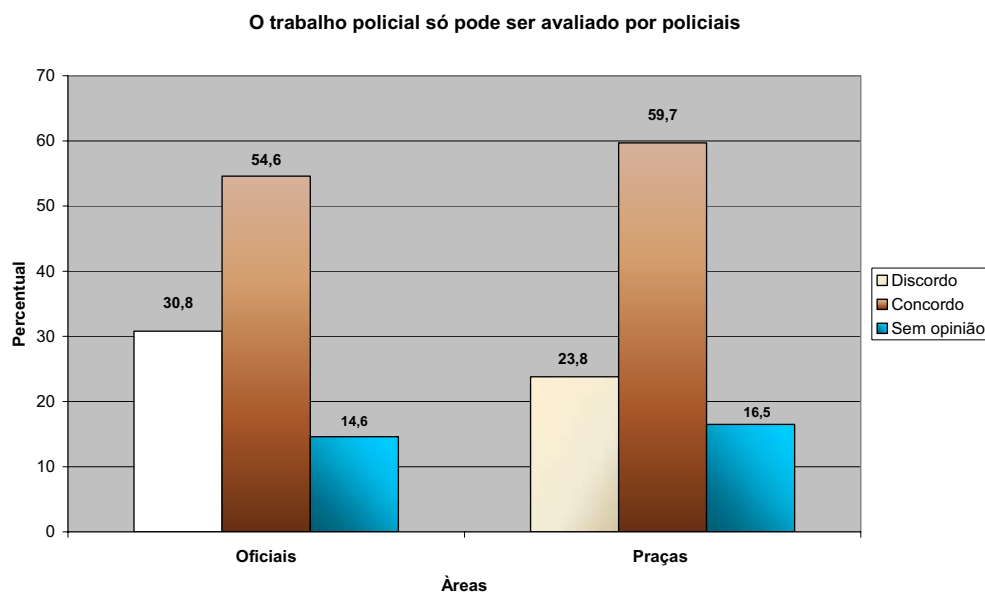
Fonte: FJP/CRISP

Quando questionados sobre o papel da utilização da força física no perfil dos policiais pouco mais da metade dos entrevistados, acreditam que o uso da força não é importante. O percentual de praças e oficiais que atribuíram um caráter importante ou muito importante no emprego de força física no perfil dos policiais é elevado, cerca de 1/3 em cada grupo.

Tabela 05 - *O trabalho policial só pode ser avaliado por policiais*

	% Oficiais	% Praças
Discordo	30,8	23,8
Concordo	54,6	59,7
Sem opinião	14,6	16,5
Total	100,0	100,0

Fonte: FJP/CRISP

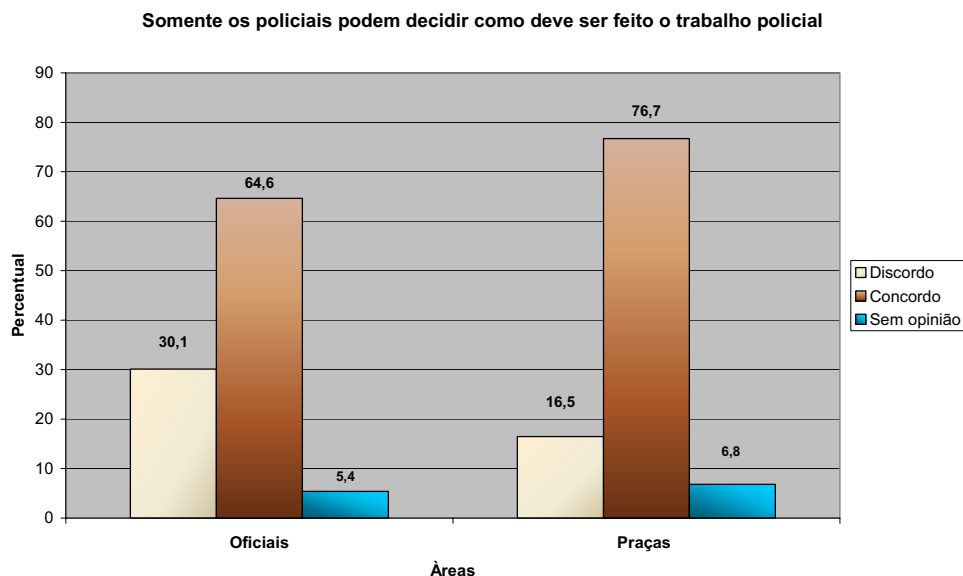


Quanto à avaliação e a definição de indicadores de desempenho sobre as tarefas desempenhadas pela polícia militar, metade dos entrevistados afirmaram que apenas a própria polícia é capaz de avaliar e julgar seu trabalho. Cerca de 30% dos oficiais e 24% dos praças discordam desta posição e entendem que agências externas podem medir e avaliar as funções desempenhadas pelos policiais militares. O percentual de entrevistados que não se posicionou sobre a questão é alto, cerca de 15%.

Tabela 06 - *Somente os policiais podem decidir como deve ser feito o trabalho policial*

	% Oficiais	% Praças
Discordo	30,1	16,5
Concordo	64,6	76,7
Sem opinião	5,4	6,8
Total	100,0	100,0

Fonte: FJP/CRISP



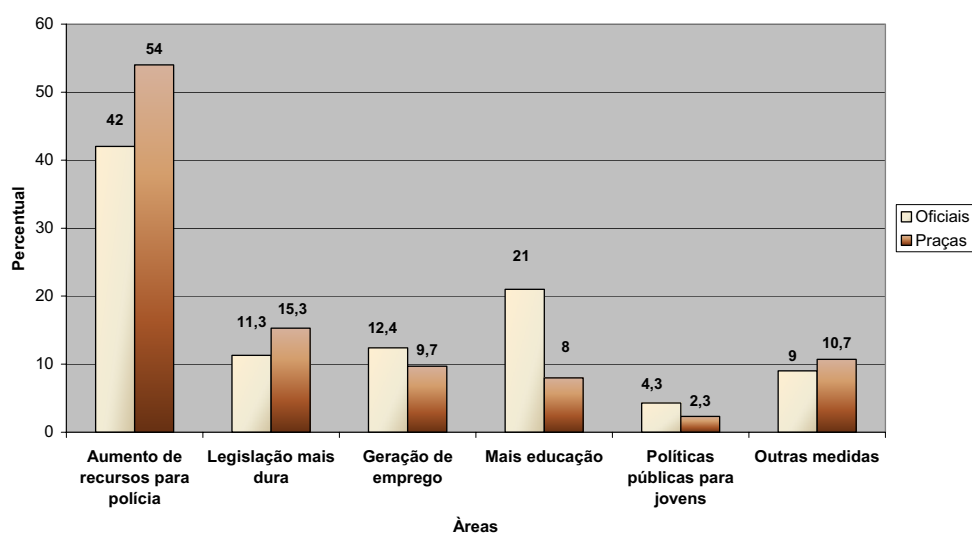
Quanto à missão e a definição de tarefas da polícia militar, a maioria dos entrevistados, 65% dos oficiais e 77% dos praças, afirmaram que esta é uma função exclusiva da instituição militar. Entre os oficiais, 1/3 deles acreditam que outras agências públicas e organizações da sociedade civil podem contribuir na definição do trabalho policial, apenas 16% dos praças compartilham dessa posição.

Tabela 07 - *Medidas mais importantes a serem tomadas para reduzir a criminalidade*

	% Oficiais	% Praças
Aumento de recursos para polícia	42,0	54,0
Legislação mais dura	20,3	25,3
Geração de emprego	12,4	10,5
Mais educação	21,0	8,0
Políticas públicas para jovens	4,3	2,3
Total	100,0	100,0

Fonte: FJP/CRISP

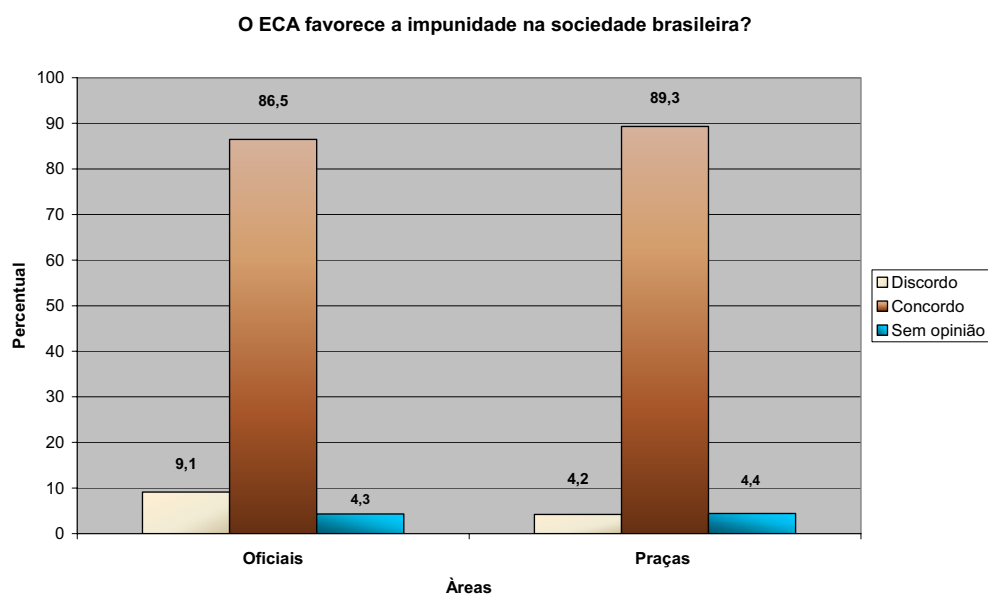
Medidas mais importantes a serem tomadas para reduzir a criminalidade



Quanto a percepção dos policiais militares sobre as medidas mais eficazes para a redução do crime, duas concepções gerais se destacam entre os praças e os oficiais, a mais citada, a visão repressiva, que enfatiza as instituições de segurança pública, como; mobilização de recursos (materiais e humanos) para as polícias e endurecimento da legislação penal e outra socioeconômica ênfase na geração de empregos e na educação da população em geral. Políticas públicas específicas para o público jovem foram citados por apenas 4% dos oficiais e 2% dos praças. Medidas como avaliação do trabalho policial por agências externas ou gestão comunitária da segurança pública não foram citadas nem por praças nem por oficiais.

Tabela 08 - *O ECA favorece a impunidade na sociedade brasileira?*

	% Oficiais	% Praças
Discordo	9,1	4,2
Concordo	86,5	89,3
Sem opinião	4,3	4,4
Total	100,0	100,0



Fonte: FJP/CRISP

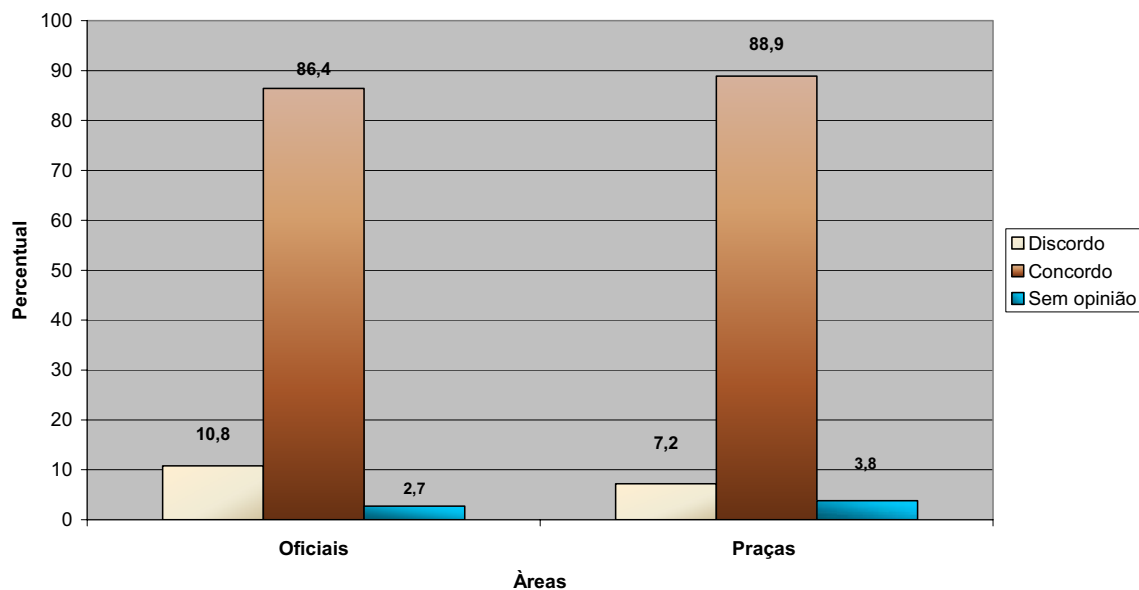
Quanto a avaliação dos policiais militares sobre as limitações produzidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ao trabalho policial, quase a totalidade dos entrevistados, cerca de 87% tanto dos praças quanto dos oficiais, acreditam que o estatuto produz impunidade.

Tabela 09 - *A idade penal deve ser reduzida para 16 anos e não 18 como estabelecido pelo ECA ?*

	% Oficiais	% Praças
Discordo	10,8	7,2
Concordo	86,4	88,9
Sem opinião	2,7	3,8
Total	100,0	100,0

Fonte: FJP/CRISP

A idade penal deve ser reduzida para 16 anos e não 18 como estabelecido pelo ECA ?



Novamente os policiais militares apontam críticas ao estatuto da criança e do adolescente, em média 87% dos entrevistados entre os praças e os oficiais concordam com a redução penal para 16 nos, contrariando a concepção do ECA.

2. Análise das Informações Obtidas Através da Pesquisa “Survey de Vitimização” realizada pelo CRISP no ano de 2002 em Belo Horizonte

Através dos dados coletados na pesquisa de vitimização em Belo Horizonte, podemos mensurar a incidência dos crimes contra o patrimônio de forma mais precisa do que os dados oficiais permitem. Identificar o perfil retratar a percepção das comunidades residentes nas áreas com maior número de denúncias sobre o trabalho da polícia militar e da polícia civil, como as violações sofridas no período referente a 2002.

Tabela 10 – *Tabela Geral comparação Vitimização e Dados Oficiais*

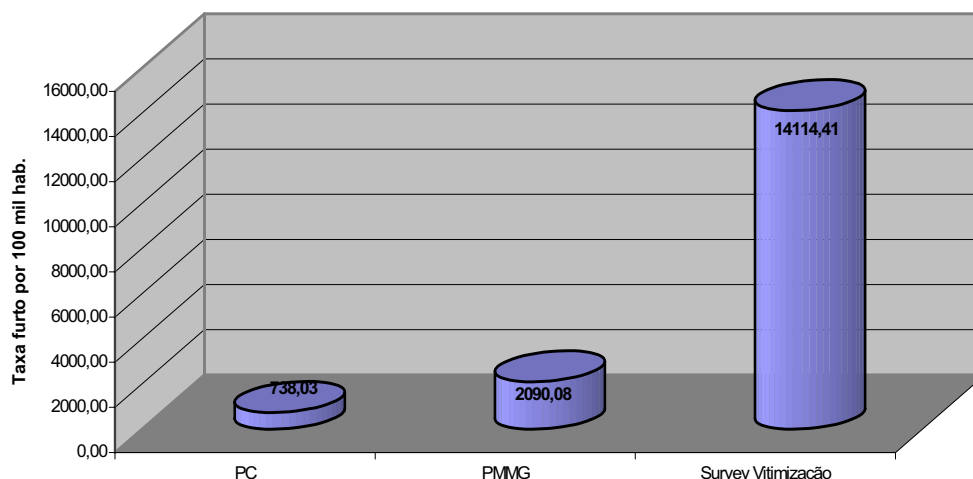
Funil de ocorrências

<i>Crime</i>	Survey Vitimização	PMMG		PC	
		Taxa	Razão	Taxa	Razão
Roubo	8.984,2	1.005,6	8,9	132,6	67,7
Furto	14.114,4	2.090,0	6,8	738,0	19,1
Invasão de domicílio	5.357,4	348,5	15,3	300,0	17,8
Agressão física	3.252,5	754,2	4,3	307,3	10,5

A tabela acima mostra as diferenças encontradas entre as taxas de ocorrência de delitos, fornecidas pelas polícias e os resultados do survey de vitimização. Os delitos que apresentaram as maiores diferenças com relação às ocorrências da Polícia Militar foram invasão de domicílio e agressão sexual. Com relação à Polícia Civil, as maiores diferenças se deram com relação a furto, invasão de domicílio e agressão sexual. Cabe mencionar que as diferenças relativas à Polícia Civil foram maiores do que as diferenças relativas à Polícia Militar.

5.1 Características dos Furtos

- 14,4% da população foi vítima de furto nos últimos doze meses (3,8% mais de uma vez)
- 88,4 da população foi vítima de furto nos últimos cinco anos
- A mediana do prejuízo foi de R\$ 150,00
- No último ano, os prejuízos diretos foram de R\$ 37.234.036
- Dentre as pessoas que foram vítimas de furto no último ano, apenas 29% acionaram a polícia.
- As principais razões de não acionar a polícia entre as vítimas de furto foram:
 - I – Não iria adiantar chamar, pois a polícia não poderia ajudar (48%)
 - II – O incidente não era importante a ponto de chamar a polícia (31.7%)
 - III – As pessoas não queriam a polícia envolvida (7%)
- Principais formas de acionar a polícia, entre as vítimas de furto
 - I – 190 (56%)
 - II – delegacia ou batalhão próximo (24%)
- Tempo de espera até a polícia chegar
 - I – entre 11 e 30 minutos (31.5%)
 - II – entre 31 e 60 minutos (20.9)
 - III – Menos de 10 minutos (27%)
- Forma de registro do último furto
 - I – BO (71.4%)
 - II – Queixa registrada (18,8%)
- Pessoas presas no último furto (nenhuma / 92.5%)
- Outra instituição ou autoridade informada do último furto (nenhuma / 93.2%)

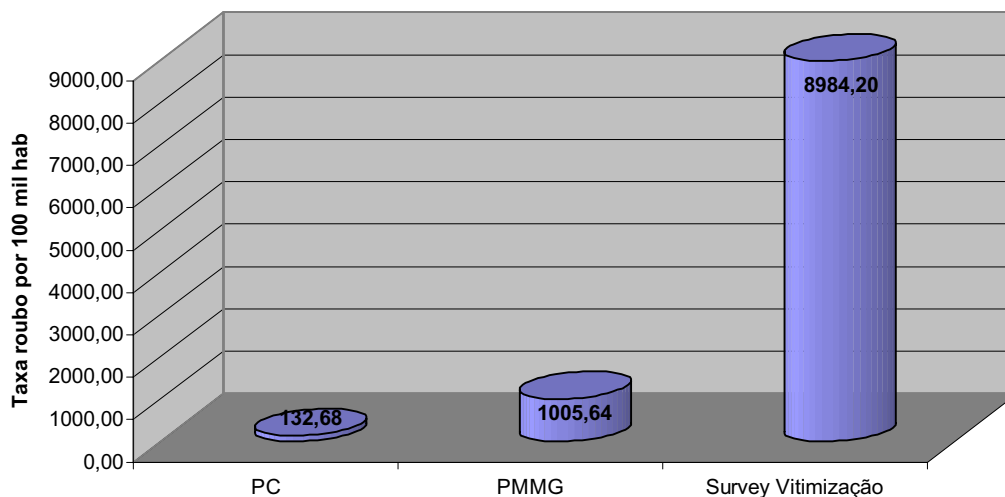


5.2. Características dos Roubos

- 9,2% da população foi vítima de roubo no último ano (2,6% mais de uma vez)
- 7,1% foram vítimas de tentativa de roubo
- 22,7% da população já foi vítima de roubo alguma vez na vida (8,7% mais de uma vez)
- Em geral os roubos acontecem em dias de semana à tarde (31,4%) ou à noite (13%)
- Dentre as pessoas que foram vítimas de roubo no último ano, apenas 27.4% acionaram a polícia.
- As principais razões de não acionar a polícia entre as vítimas de roubo foram:
 - I – Não iria adiantar chamar, pois a polícia não poderia ajudar (52.4%)
 - II – O incidente não era importante a ponto de chamar a polícia (31.8%)
 - III – As pessoas não queriam a polícia envolvida (3.8%)
- Principais formas de acionar a polícia, entre as vítimas de roubo
 - I – 190 (54.2%)
 - II – presença de policiamento preventivo (32%)
 - III – delegacia ou batalhão próximo (13%)
- Tempo de espera até a polícia chegar
 - I – Menos de 10 minutos (37%)
 - II – entre 11 e 30 minutos (30.%)
 - II – entre 31 e 60 minutos (13.%)
- Forma de registro do último roubo
 - I – BO (63.%)
 - II – Queixa registrada (17,6%)

- Pessoas presas no último roubo (todos os ladrões / 65.8%)
- Outra instituição, ou autoridade informada do último roubo (nenhuma / 95.7%)
- 55% dos roubos ocorrem em ruas e locais fora do bairro
- 61% dos casos de roubos ocorrem de 2ª à 6ª feira pela manhã e tarde
- Em mais 55% dos casos a vítima estava sozinha
- Verificou-se até dois agressores em 70% dos casos
- Armas de fogo estavam presentes em 26,1% dos casos
- Em 41,1% os agentes utilizaram as próprias mãos para ameaçar as vítimas
- Em 85,5 % dos casos a vítima não foi ferida
- Nos casos em que foi ferida pela última vez, 88% não quis buscar atendimento.
- 9,3% foi atendido pela rede pública.
- As perdas diretas do roubo foram em torno R\$ 81,50 por vítima
- Perdas diretas foram da ordem R\$ 13.004.331
- As que foram feridas, gastaram em torno de R\$ 100,00 cada vez.
- O número usual de assaltantes é de dois.

Taxa roubo em Belo Horizonte - 2001



Já foi vítima uma ou mais vezes?

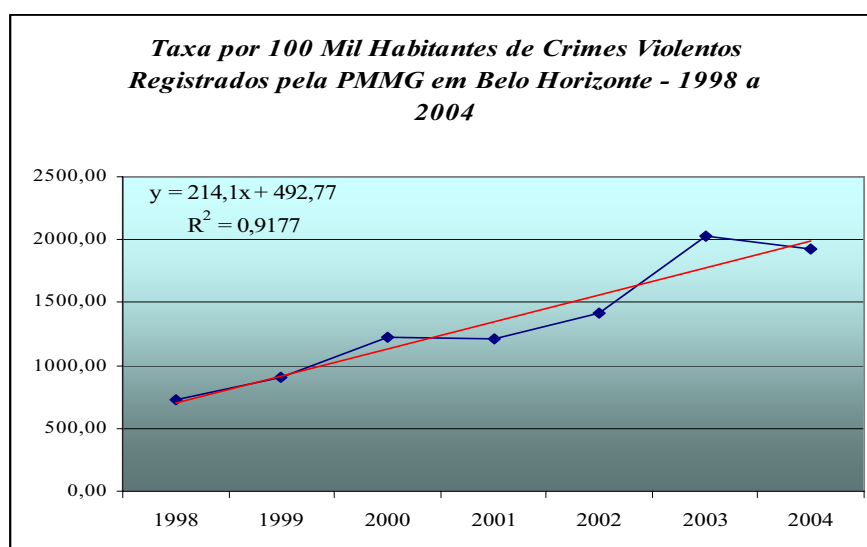
	Bairro não violento	Favela não violenta	Favela violenta
Roubo	0,6%	7,3%	7,2%
Invasão de domicílio	6,8%	3,6%	4,6%
Agressão	0,4%	0,8%	0,2%
Seqüestro	0,2%	0,0%	0,0%

Nos bairros não violentos, 0,6% da população já foi vítima de roubo, 6,8% de arrombamento em suas residências, 0,4% de agressão e 0,2% vítimas de seqüestro. Entre os moradores de favelas não violentas, 7,3% foram vítimas de roubo, 3,6% foram vítimas de arrombamento de residências e 0,8% de agressão. 7,2% dos moradores de favelas violentas foram vítimas de roubo, 4,6% vítimas de arrombamento de residências e 0,2% foram vítimas de agressão.

3. Dinâmica temporal e espacial dos crimes contra o patrimônio na área central de Belo Horizonte

Problemas relacionados à violência e à segurança pública constituem uma das maiores preocupações dos moradores das grandes cidades. O aumento das taxas de crime tem colocado os órgãos públicos de segurança diante do questionamento acerca da efetividade de suas práticas.

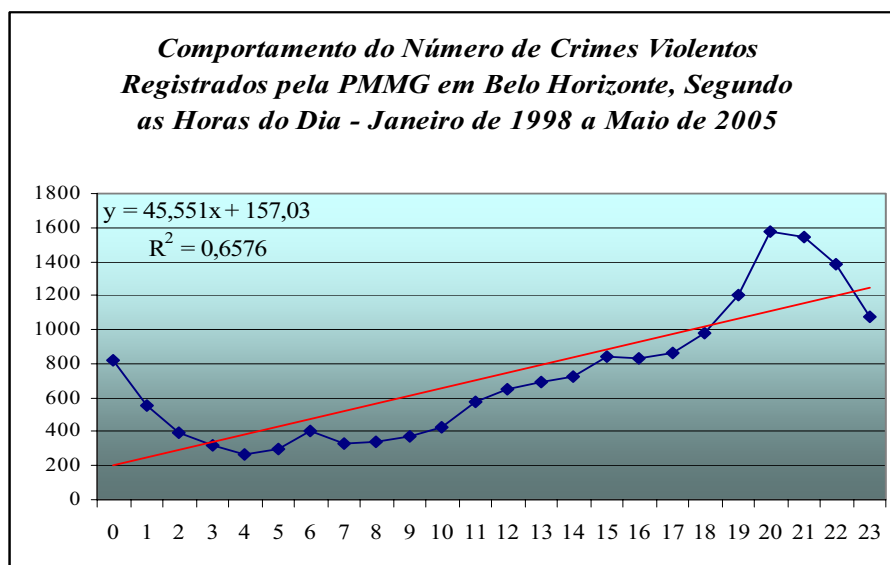
Em Belo Horizonte, particularmente, a criminalidade violenta tem observado um aumento significativo, o que justifica a apresentação do diagnóstico dos padrões de ocorrência no município. A análise de regressão da evolução das taxas nos últimos 18 anos, mostra a existência de uma tendência de acréscimo de 77,76 ocorrências por ano na taxa bruta de crimes violentos calculada para 100mil hab. O gráfico seguinte evidencia a existência de certa estabilidade no valor das taxas até 1996, de acréscimo significativo em todos os anos seguintes até 2000 quando houve um ligeiro decréscimo até o ano 2001 retomando uma curva ascendente até o último ano da série. O valor mais baixo encontrado para a taxa bruta de crimes violentos ocorreu em 1991, com 261,5 ocorrências por 100 mil hab. O valor mais alto encontrado para as taxas de crimes violentos ocorreu em 2003, com 2034,9 ocorrências por 100mil hab.



Fonte: CRISP/PMMG

Além do aumento expressivo no número de ocorrências de crimes violentos, observa-

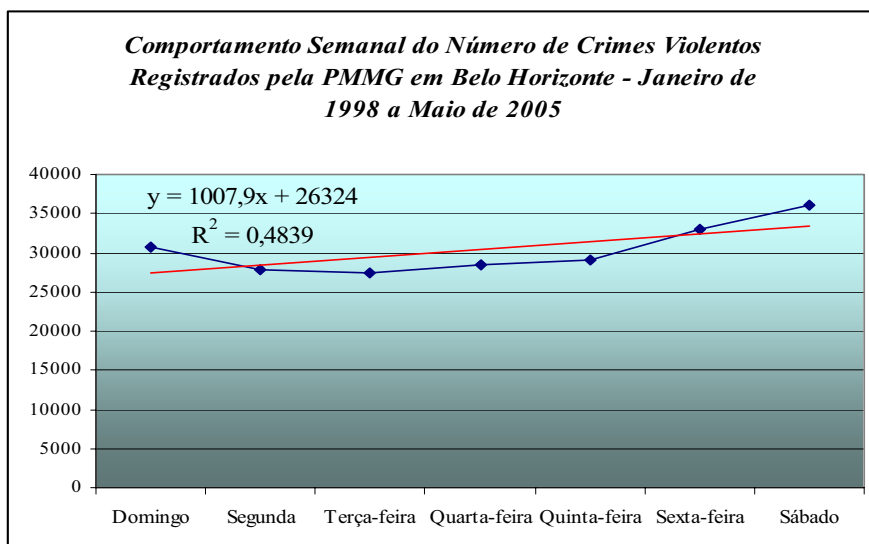
se, também, que os crimes não se distribuem de modo aleatório no tempo, espaço, ou conforme categorias socioeconômicas. As figuras seguintes mostram que, de um modo geral, as ocorrências de crimes violentos concentram-se no último trimestre do ano, nos dias de sexta-feira, sábado e domingo, entre as 19 e 01 hora da manhã, sobretudo às 21 horas. Ainda, o mapa adiante mostra a importante concentração espacial das ocorrências. Juntas, essas informações demonstram que a criminalidade está sujeita a padrões detectáveis de ocorrência.



Fonte: CRISP/PMMG

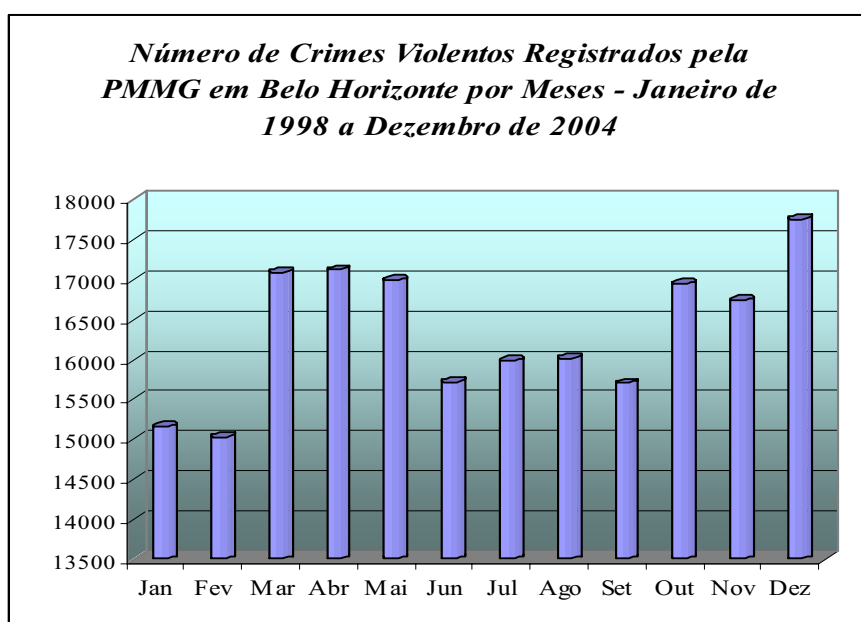
A distribuição das ocorrências de crimes violentos segundo as horas do dia para os anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003¹ mostra que o número de ocorrências é maior no intervalo entre 19 horas e 1 hora, tendo como ponto máximo 21 horas.

¹ Devido a um problema nos dados fornecidos pela Polícia Militar de Minas Gerais, não poderemos trabalhar com os dados de 1997 nestas análises.



Fonte: CRISP/PMMG

O número de ocorrências de homicídio é significativamente maior na sexta-feira, sábado e domingo do que no restante da semana. Analisando essa distribuição por triênio, verifica-se que no primeiro triênio do período a distribuição de crimes violentos durante os dias da semana é mais irregular em comparação ao segundo triênio.



Fonte: CRISP/PMMG

O comportamento mensal na distribuição dos crimes pode ser explicado pelo fato de o crescimento da criminalidade ter seguido um ritmo mensal nos anos de 1998, 1999 e 2000. Assim, pode-se ver que entre junho e setembro assiste-se a uma estabilização no número de ocorrências. Esse fato não pôde ser verificado nos primeiros meses do ano, devido à

diminuição da criminalidade verificada no início de 2001 e às oscilações ocorridas até o final de 2003. Os meses de março, abril, maio, outubro e novembro estão dentro de uma mesma faixa de números de ocorrência.

Os homicídios, de modo particular, ocorrem principalmente por volta das 20 horas, sobretudo aqueles motivados pela futilidade ou vingança. Os motivados pela passionalidade concentram-se às 22 horas, sendo que os motivados pelas drogas entre as 20 horas e 22:30 horas, como mostra o histograma seguinte.

Ainda no que se refere especificamente às ocorrências de homicídio, é possível a demonstração de um importante padrão nas características de seus agentes e na motivação para o cometimento deste crime. A maior parte deles tem entre 25 e 30 anos de idade. A média de 32 anos confirma a afirmação comumente feita acerca da juventude dos agressores. Já a mediana corresponde a 29 anos. A análise dos dados mostra que os mais jovens têm como principal motivação para o crime as drogas – média de 29 com concentração em 25 anos. Os mais velhos matam por passionalidade – média de 37 anos, mas se concentrando entre 25 e 30 anos. Motivação fútil e vingança são os principais fatores que motivam os agressores na faixa etária em torno dos 30 anos. O valor das medianas talvez expresse melhor a idade dos agressores. Assim sendo, a mediana de idade para os agressores que matam por motivos fúteis é de 29 anos, sendo que para os que matam por vingança é de 28,5 anos, enquanto o valor da mediana daqueles que matam por passionalidade é igual a 36 anos de idade. A mediana para os que matam por drogas corresponde a 27 anos.

Os homens constituem a maioria dos agressores (94,8%), sendo que, ao se tratar de vingança, ocupam a totalidade (100%). A maior concentração de mulheres está nos crimes cometidos por passionalidade, quando ocupam 13,5% do total dos agressores. Os homens são mais vítimas de crimes de homicídios que as mulheres, respectivamente, 79,5% e 20,5%. Para todos as motivações, eles morrem em uma proporção bastante superior a das mulheres, exceto quando se trata de passionalidade, onde as mulheres representam 66,7% das vítimas.²

Há, ainda, um padrão espacial na ocorrência de crimes. Os mapas seguintes, por exemplo, mostram não apenas um crescimento do agrupamento espacial dos eventos de homicídio e de homicídios cometidos com armas de fogo, ao longo do período considerado, mas também uma importante concentração em áreas de aglomerados urbanos.

² Projeto de Pesquisa; “Homicídios em Belo Horizonte – Uma Comparação entre suas Motivações” Klarissa Almeida Silva

Distribuição mensal das ocorrências de crime contra o patrimônio na área central de Belo Horizonte.

Area Central									
Crimes contra patrimônio	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Roubo a transeunte	120	126	166	152	98	122	141	91	103
Assalto a transeunte	43	42	50	46	42	42	42	42	34
Assalto a coletivo	8	1	6	3	3	2	4	0	3
Assalto a veículo	2	1	1	0	3	0	2	2	1
Assalto a prédio comercial	25	15	4	4	19	19	12	12	10
Furto Consumado	423	418	457	451	482	470	433	366	356

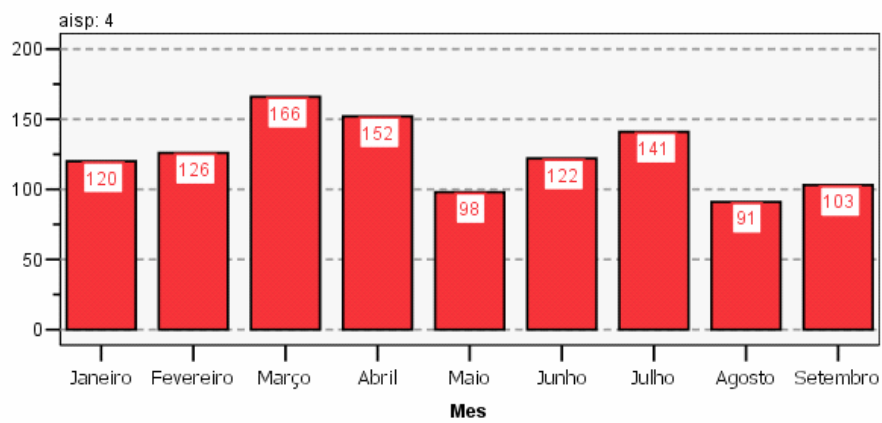
Comparação da incidência mensal das principais ocorrências de crime contra o patrimônio na área central de Belo Horizonte, no período 2004 - 2005.

MÊS	C05027 - ROUBO CONSUMADO A TRANSEUNTE		C09010 - ROUBO `A MAO ARMADA A PREDIO COMERCIAL		C09027 - ROUBO `A MAO ARMADA A TRANSEUNTE	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
1 Janeiro	195	120	27	25	75	43
2 Fevereiro	242	126	20	15	81	42
3 Março	183	166	30	4	81	50
4 Abril	155	152	23	4	61	46
5 Maio	171	98	16	19	61	42
6 Junho	125	122	28	19	62	42
7 Julho	144	141	28	12	72	42
8 Agosto	183	91	26	12	69	42
9 Setembro	162	103	40	10	82	34
Total	1560	1119	238	120	644	383

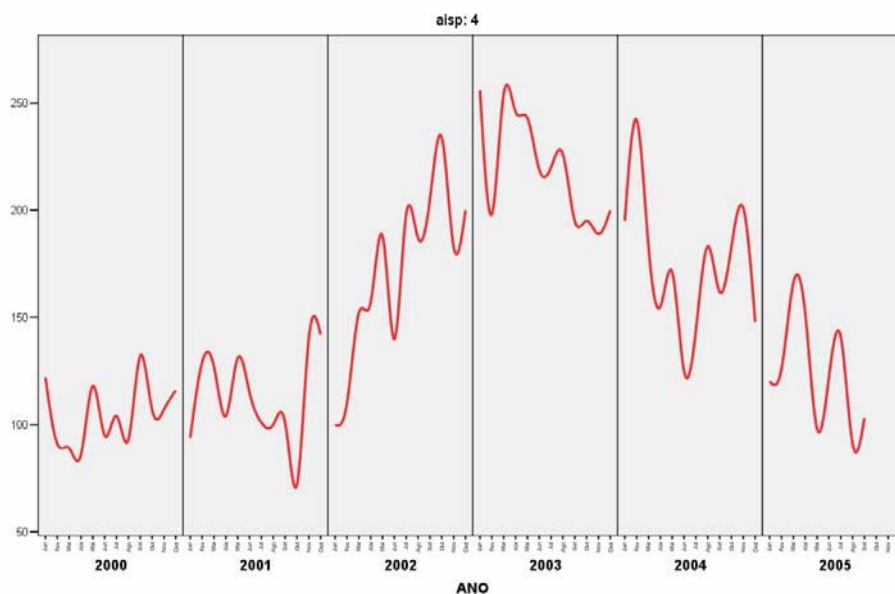
Roubo a transeunte

Distribuição Mensal das ocorrências de roubo a transeunte na área central da cidade

Número Mensal de Roubos a Transeuntes em 2005



Evolução Mensal de Roubos a Transeuntes, entre Janeiro de 2000 e Setembro de 2005



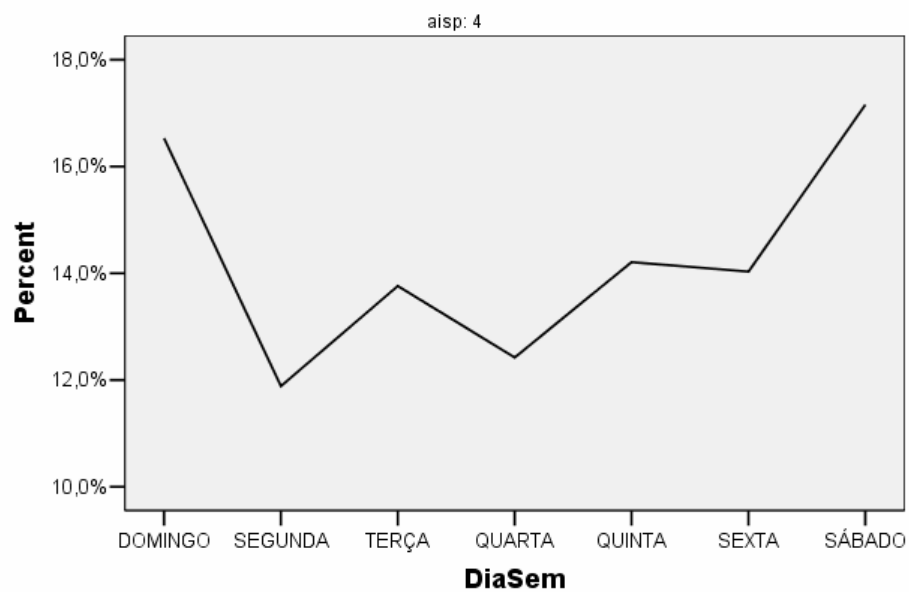
Distribuição Semanal das ocorrências de roubo a transeunte na área central da cidade

**NÚMERO DE "ROUBO À TRANSEUNTE" REGISTRADOS
PELA PMMG POR DIA DA SEMANA - AISP 4**

Dia da Semana	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
QUINTA	19	18,4	18,4
DOMINGO	18	17,5	35,9
QUARTA	17	16,5	52,4
SEGUNDA	14	13,6	66,0
TERÇA	13	12,6	78,6
SEXTA	13	12,6	91,3
SÁBADO	9	8,7	100,0
Total	103	100,0	

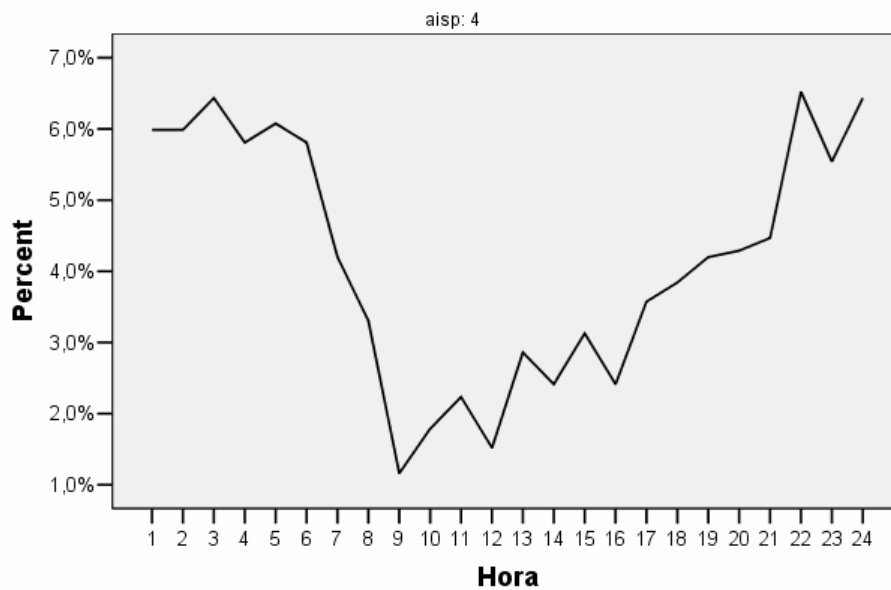
a. Mês de Setembro/2005

Distribuição percentual do número de Roubo a Transeunte, registrados pela Polícia Militar de Minas Gerais, entre janeiro e setembro de 2005 por dia da Semana

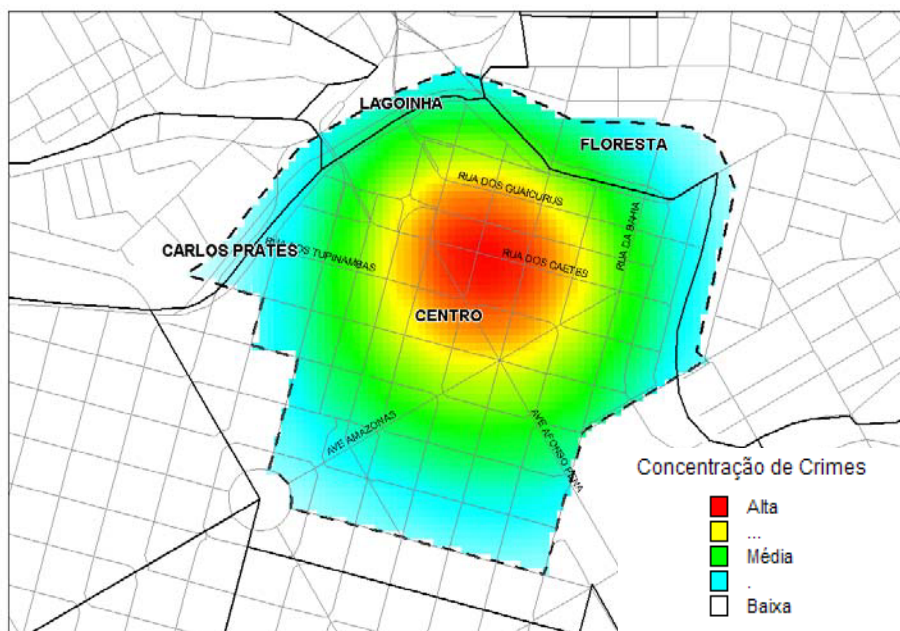


Distribuição segundo hora do dia das ocorrências de roubo a transeunte na área central da cidade

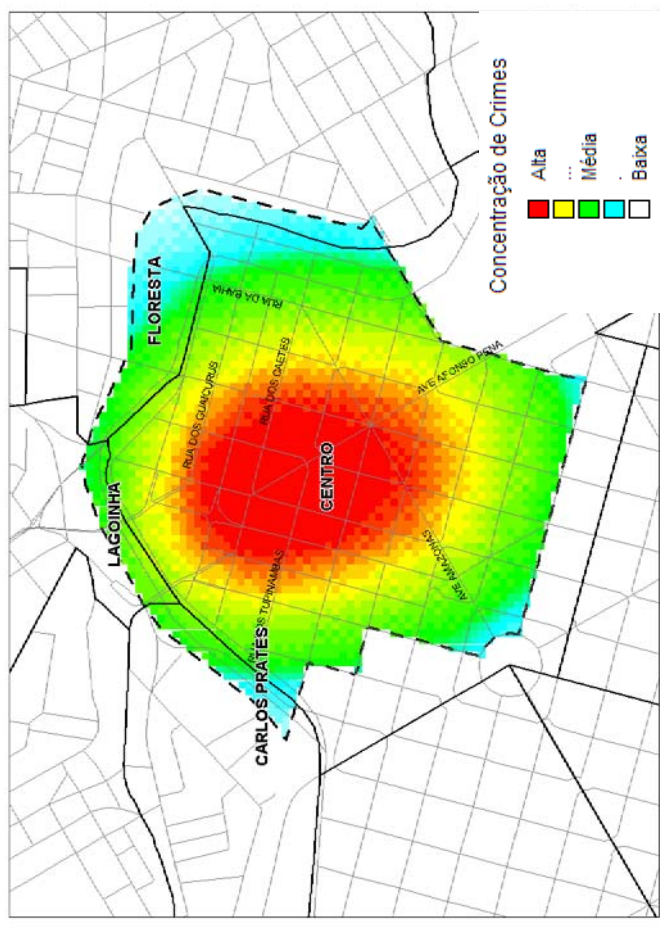
Distribuição percentual do número de Roubo a Transeunte, registrados pela Polícia Militar de Minas Gerais, entre janeiro e setembro de 2005 por hora do dia



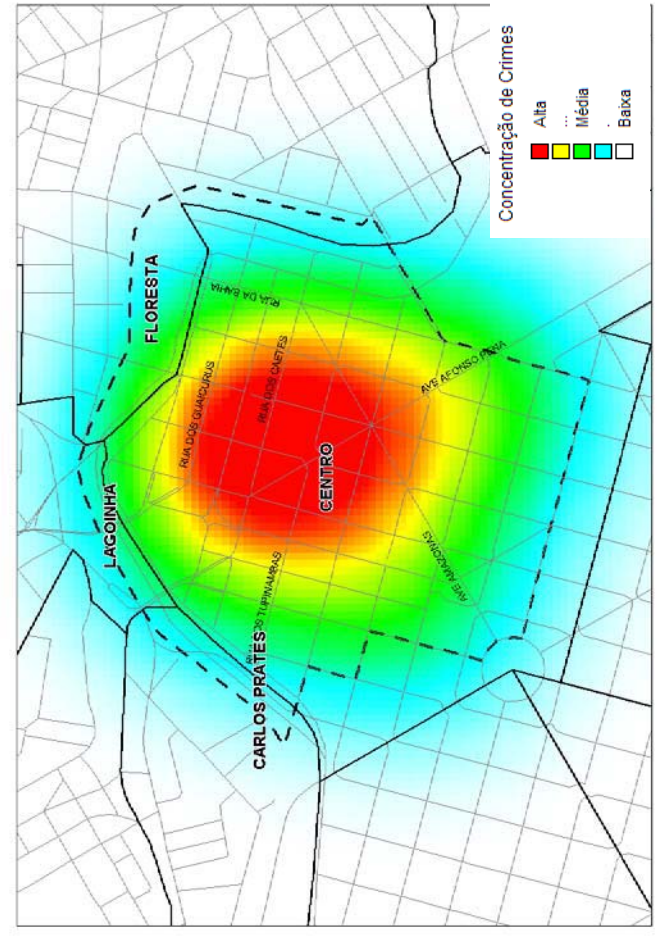
Distribuição espacial das ocorrências de roubo a transeunte em Maio



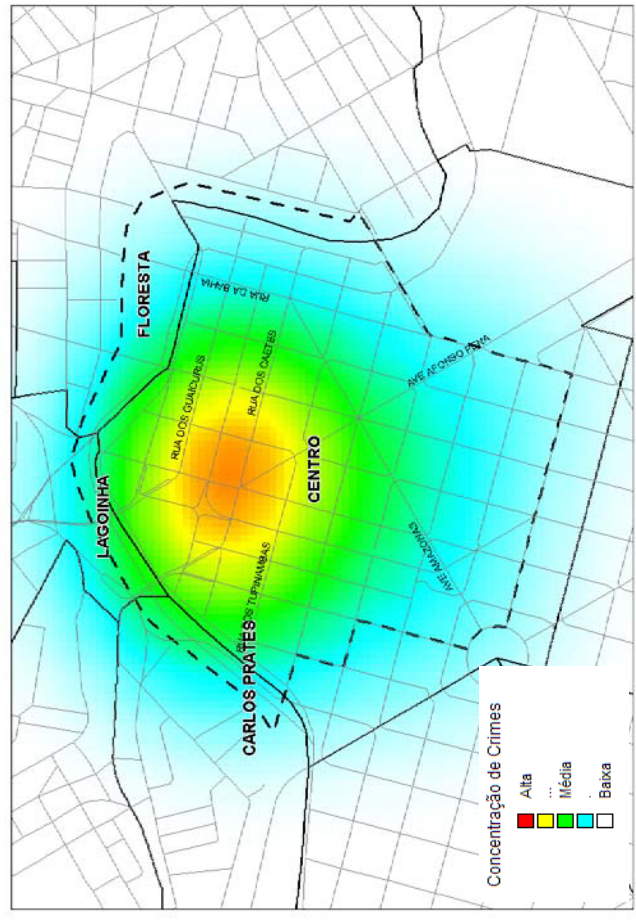
Distribuição espacial das ocorrências de roubo a transeunte em Junho



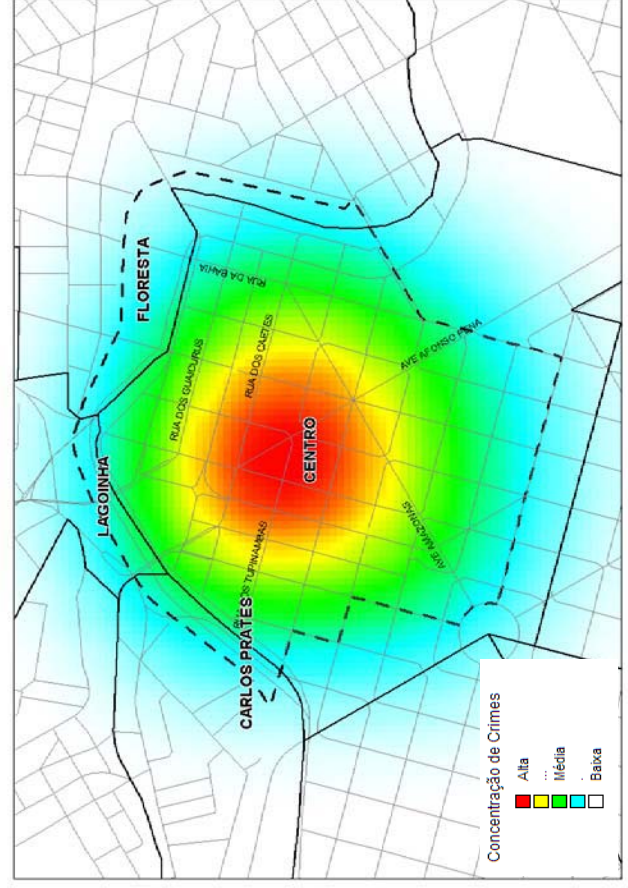
Distribuição espacial das ocorrências de roubo a transeunte em Junho



Distribuição espacial das ocorrências de roubo a transeunte em Agosto
Setembro



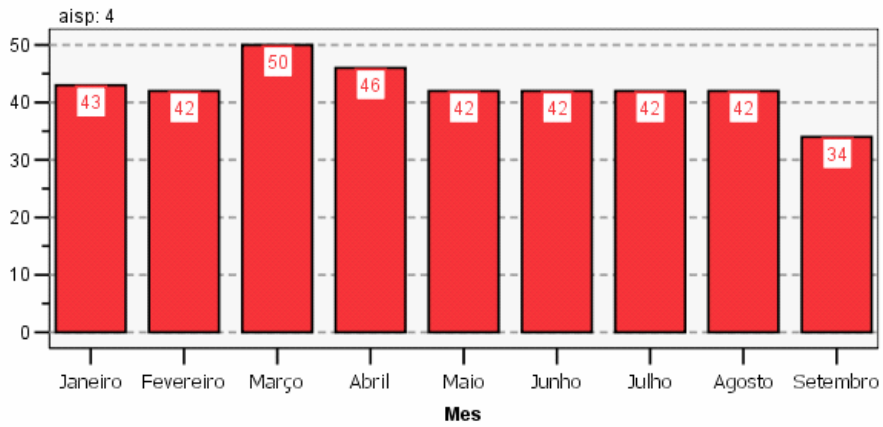
Distribuição espacial das ocorrências de roubo a transeunte em



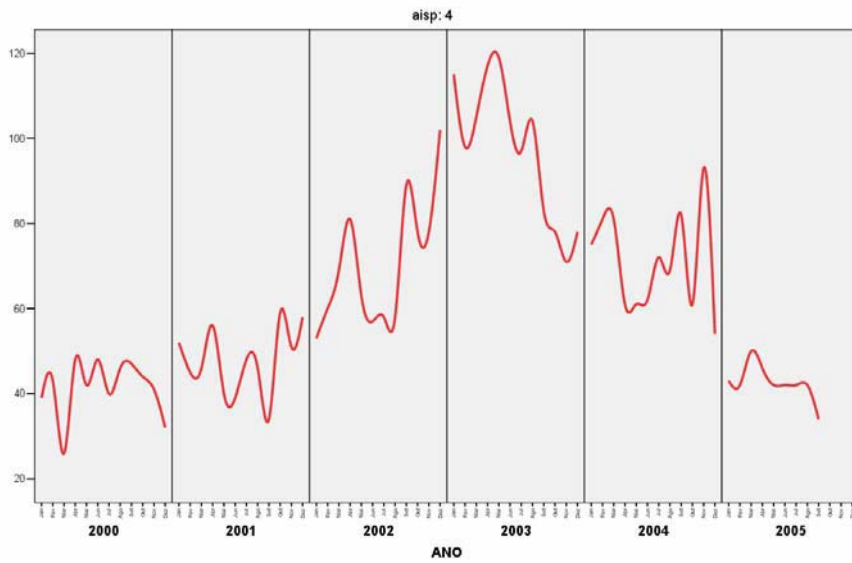
Assalto a transeunte

Distribuição Mensal das ocorrências de assalto a transeunte na área central da cidade

Número Mensal de Assaltos a Transeuntes em 2005



Evolução Mensal de Roubos a Mão Armada a Transeuntes, entre Janeiro de 2000 e Setembro de 2005



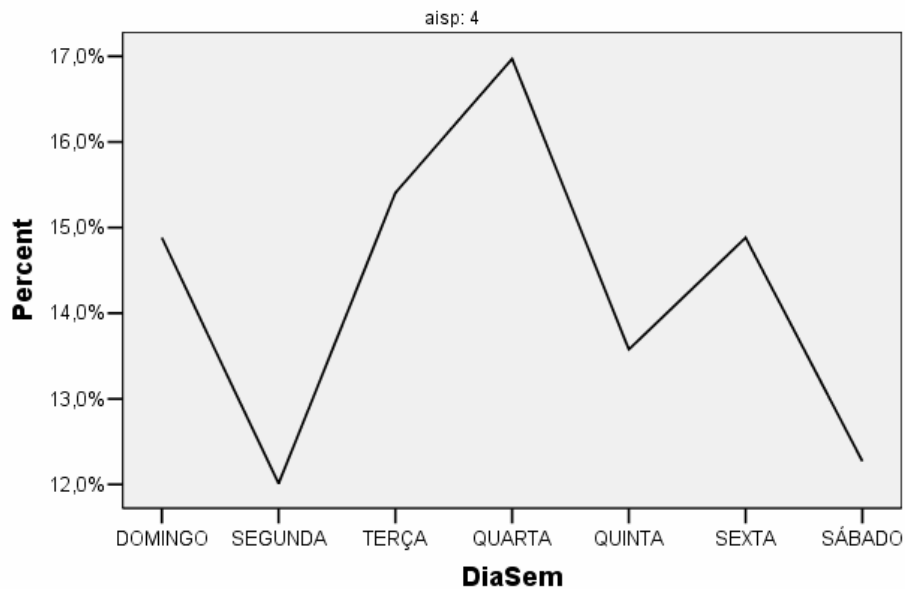
Distribuição Semanal das ocorrências de assalto a transeunte na área central da cidade

**NÚMERO DE "ASSALTO À TRANSEUNTE" REGISTRADOS
PELA PMMG POR DIA DA SEMANA - AISP 4**

Dia da Semana	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
QUINTA	7	20,6	20,6
SEXTA	7	20,6	41,2
DOMINGO	6	17,6	58,8
TERÇA	6	17,6	76,5
SÁBADO	5	14,7	91,2
QUARTA	3	8,8	100,0
Total	34	100,0	

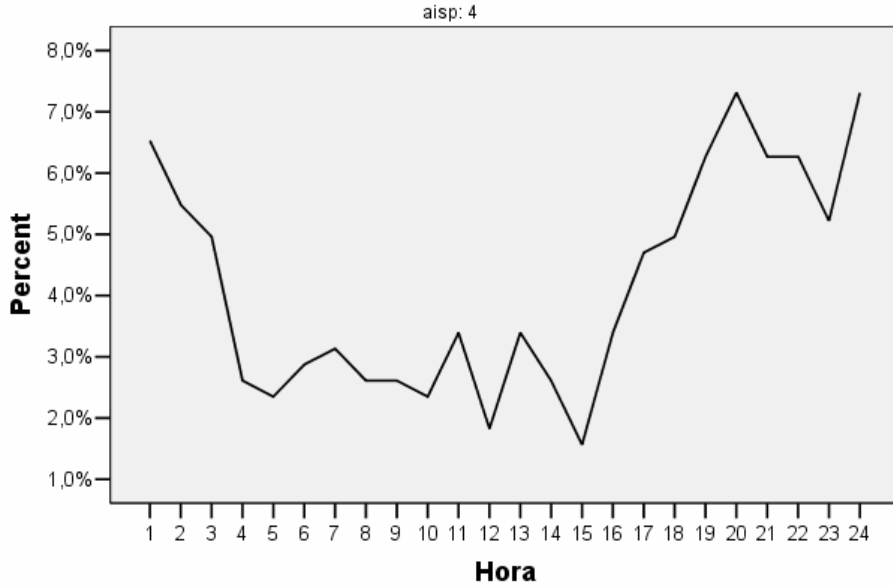
a. Mês de Setembro/2005

**Distribuição percentual do número de Roubo a Mão Armada
Transeunte, registrados pela Polícia Militar de Minas Gerais,
entre janeiro e setembro de 2005 por dia da Semana**

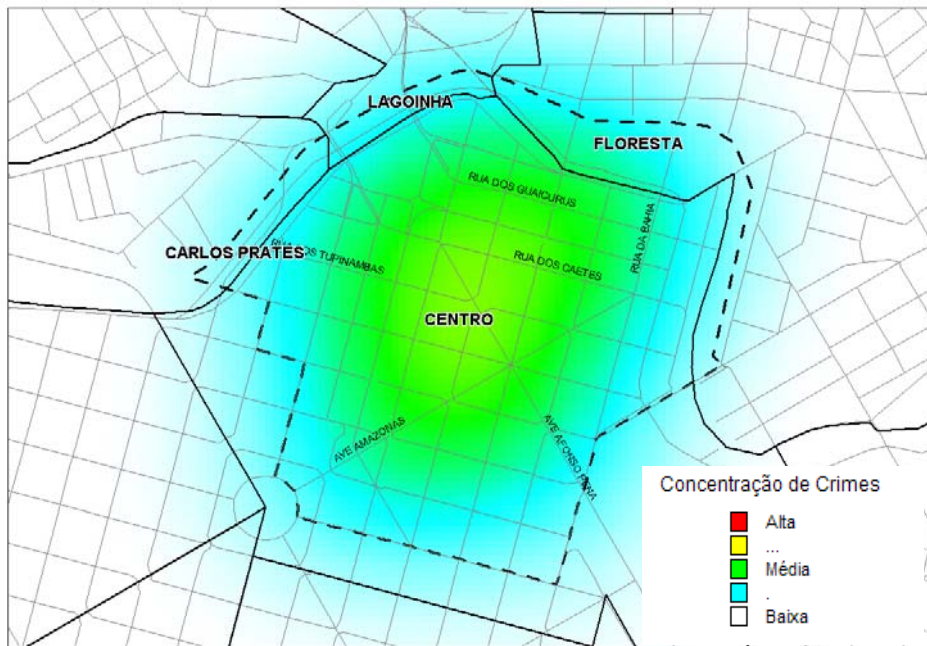


Distribuição segundo hora do dia das ocorrências de assalto a transeunte na área central da cidade

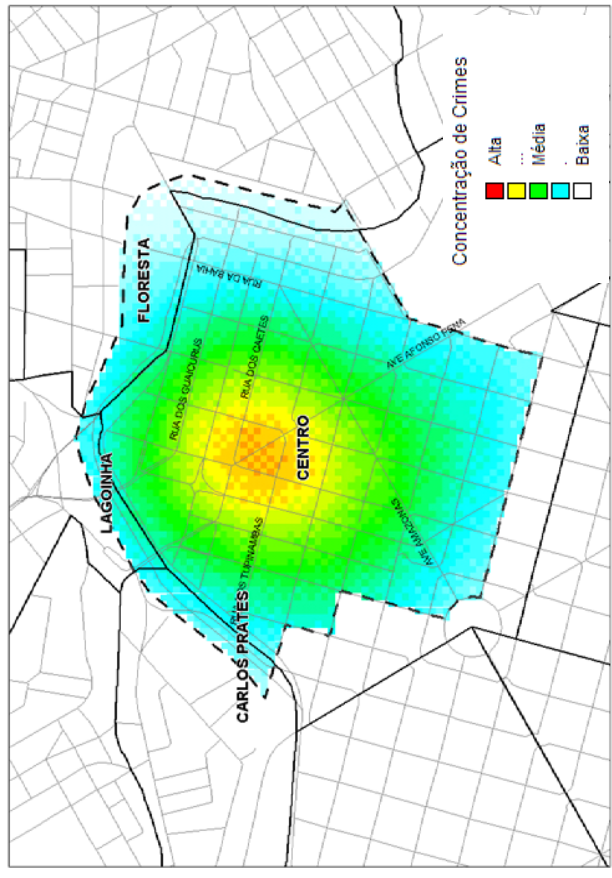
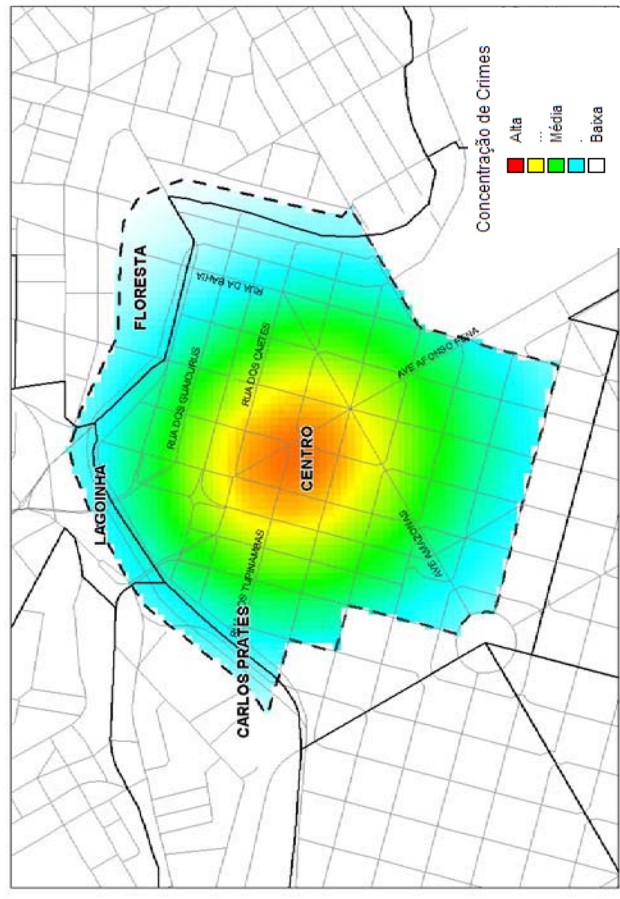
Distribuição percentual do número de Roubo a Mão Armada Transeunte, registrados pela Polícia Militar de Minas Gerais, entre janeiro e setembro de 2005 por hora do dia



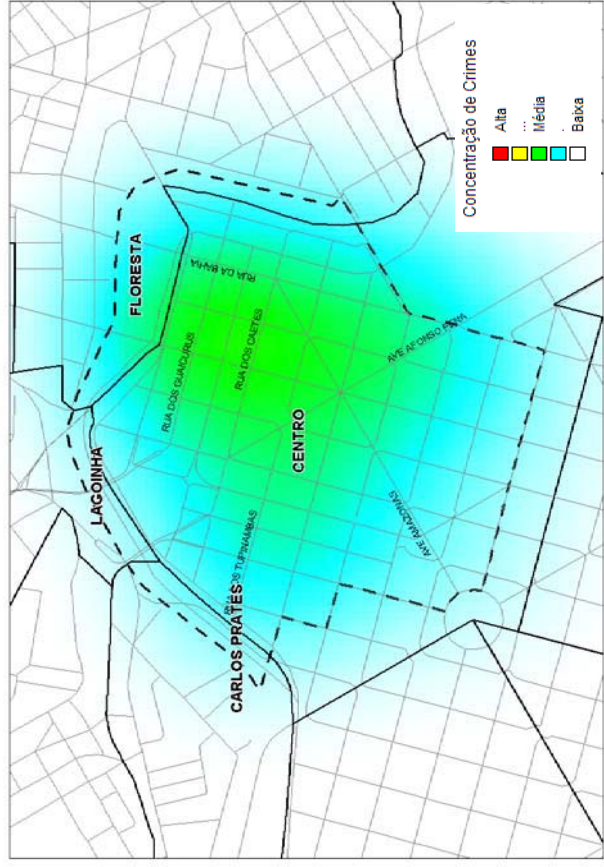
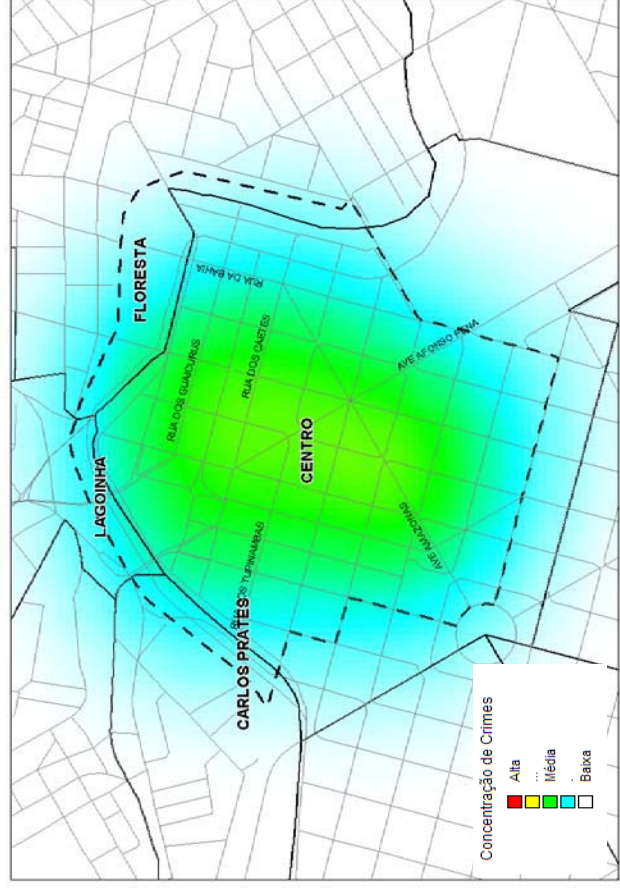
Distribuição espacial das ocorrências de assalto a transeunte em Maio



Distribuição espacial das ocorrências de assalto a transeunte em Junho



Distribuição espacial das ocorrências de assalto a transeunte em Agosto

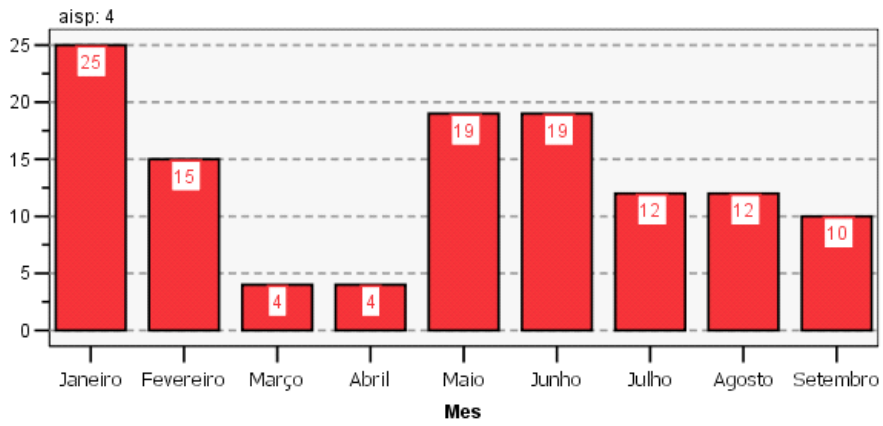


em Setembro

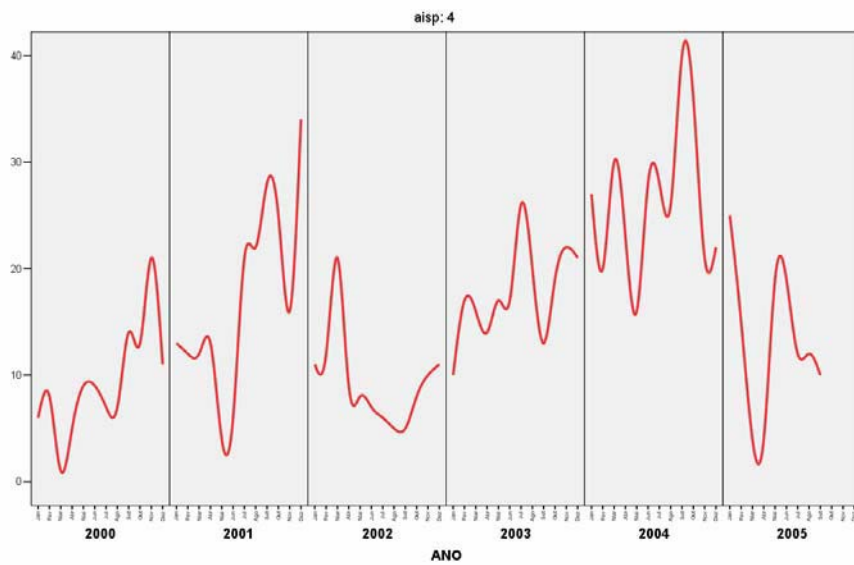
Assalto a prédio comercial

Distribuição Mensal das ocorrências de assalto a prédio comercial na área central da cidade

Número Mensal de Assaltos a Prédios Comerciais em 2005



Evolução Mensal de Roubos a Mão Armada a Prédios comerciais, entre Janeiro de 2000 e Setembro de 2005



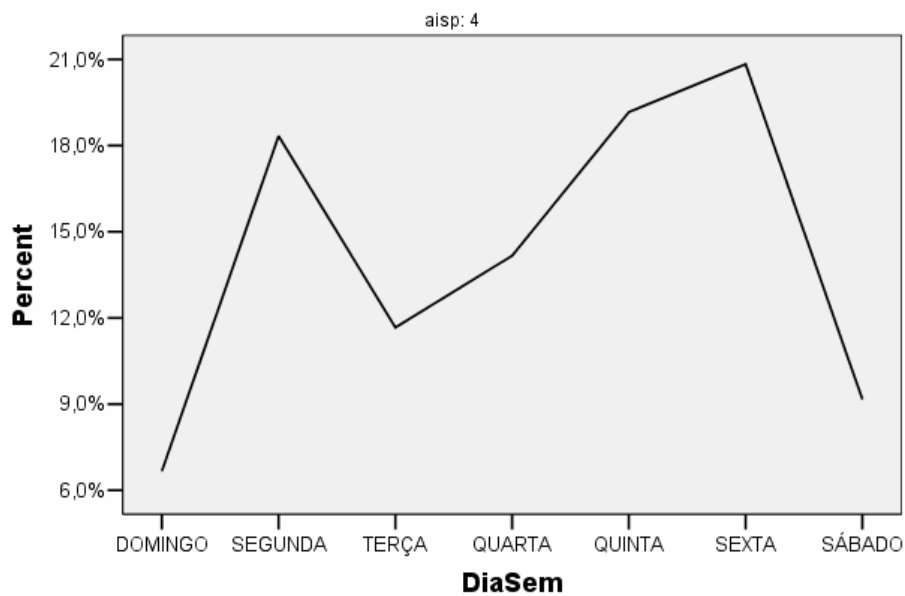
Distribuição Semanal das ocorrências de assalto a prédio comercial na área central da cidade

**NÚMERO DE "ASSALTO À PRÉDIO COMERCIAL"
REGISTRADOS PELA PMMG POR DIA DA SEMANA - AISP 4 ^a**

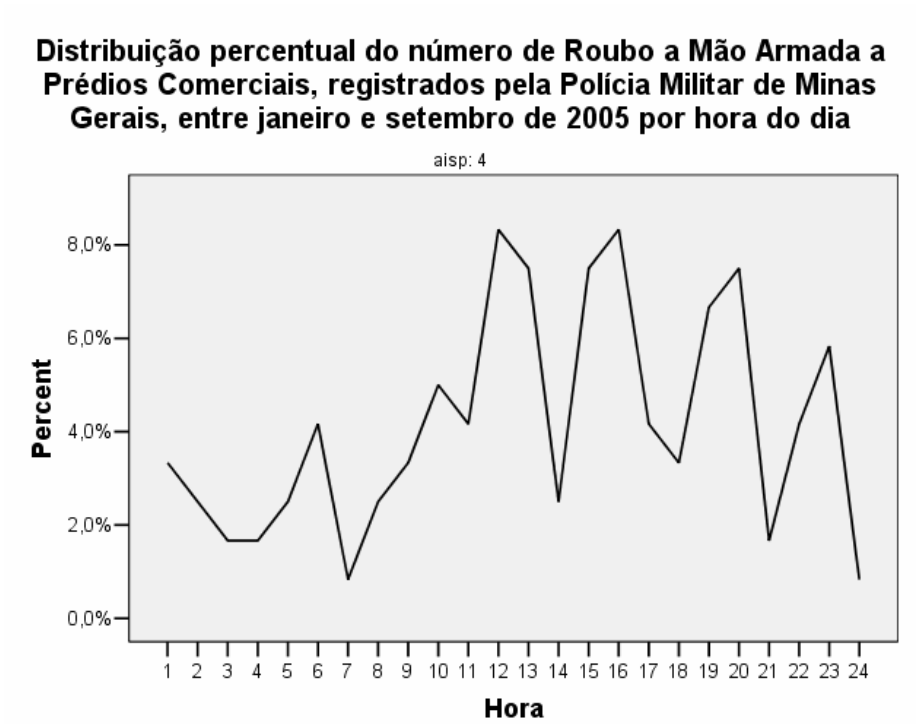
Dia da Semana	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
SEGUNDA	3	30,0	30,0
TERÇA	2	20,0	50,0
DOMINGO	1	10,0	60,0
QUARTA	1	10,0	70,0
QUINTA	1	10,0	80,0
SEXTA	1	10,0	90,0
SÁBADO	1	10,0	100,0
Total	10	100,0	

a. Mês de Setembro/2005

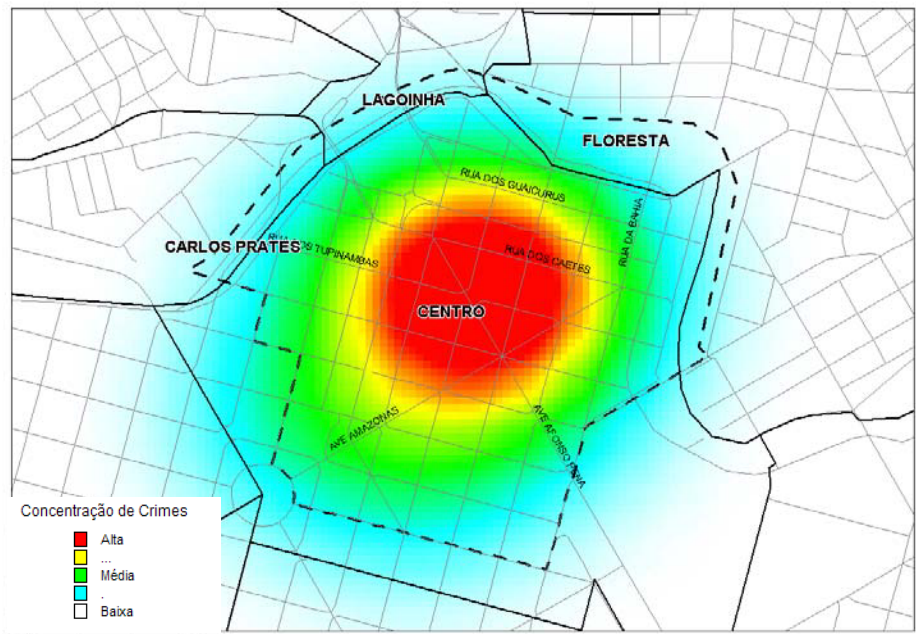
Distribuição percentual do número de Roubo a Mão Armada a Prédios Comerciais, registrados pela Polícia Militar de Minas Gerais, entre janeiro e setembro de 2005 por dia da Semana



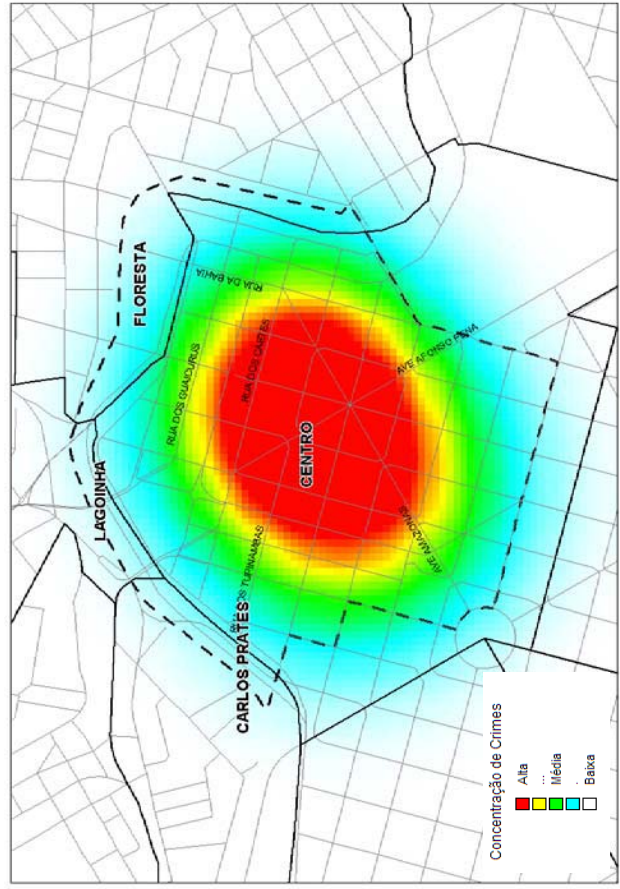
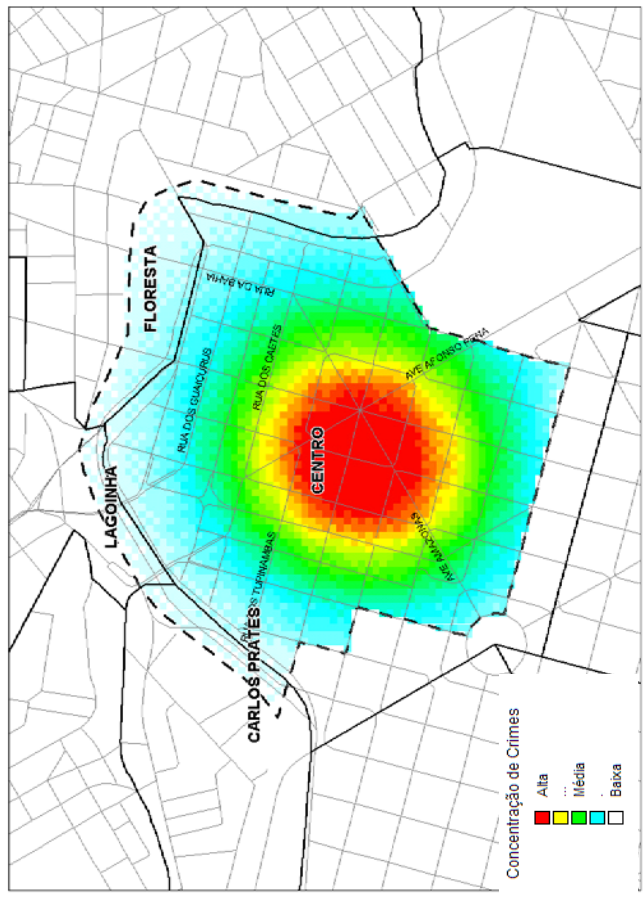
Distribuição segundo hora do dia das ocorrências de assalto a prédio comercial na área central da cidade



Distribuição espacial das ocorrências de assalto a prédio comercial em Maio



Distribuição espacial das ocorrências de assalto a prédio comercial-Junho Distribuição espacial das ocorrências de assalto a prédio comercial - Julho



4. RECOMENDAÇÕES

1. Introdução e justificativa

O crescimento no número de crimes e eventos violentos tem deslocado as questões relacionadas à segurança para a centralidade das mais diversas esferas das discussões públicas.

A complexidade dos fatores geradores de eventos criminais, bem como das ações necessárias ao seu controle, faz com que sejam necessárias iniciativas e informações que não se esgotam em cada uma das organizações de segurança pública, isoladamente. A **Integração e Gestão de Segurança Pública – IGESP**, assim, é um modelo de gestão que se baseia no compartilhamento de informações e na implementação de ações conjuntas, capazes de abarcar a diversidade de fenômenos que compõem o problema da criminalidade urbana.

Trata-se de um modelo de organização e gestão do trabalho policial, inovador no Brasil, capaz de integrar ações e informações de segurança. Seu objetivo é aumentar a eficiência da prevenção e do combate ao crime, através da conjugação de práticas implementadas por diferentes órgãos de segurança, como a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Secretaria de Defesa Social. A aquisição e comunicação dessas informações permitem, além de uma maior compreensão sobre a ocorrência de crimes e seus fatores geradores, a implementação de táticas e estratégias eficazes de combate e prevenção, com a alocação rápida, sincronizada e focalizada de recursos. Todo o processo deve ser acompanhado através de incansáveis avaliações, no sentido de conhecer os reais impactos das ações sobre a ocorrência de crimes e, se necessário, reorientar práticas e alocações de recursos.

Gestões desta natureza já foram implementadas em outros países, como os Estados Unidos e a Colômbia. Em Nova York, foi chamado de Compstat – Gestão do Conhecimento e Atividade Policial – e tido como uma das maiores inovações da polícia americana, posteriormente adotado como ação em nível nacional. Foi, ainda, apontado como responsável por uma redução correspondente a mais de 70% na ocorrência de alguns tipos de crimes, como homicídio, assalto e roubo a residência. Em Bogotá, a Gestão por resultados sob a Coordenação Municipal, foi apontada como responsável por uma redução de 70,7% nas ocorrências de homicídios comuns e 65,5% no número de homicídios ocorridos em atentados terroristas.

Em Belo Horizonte, contudo, o que tem havido é o forte crescimento no número de crimes violentos. O gráfico seguinte, por exemplo, mostra que foram registrados 14.506 crimes violentos no ano de 1998 e 43.588 em 2004. O ano de 2003 se destaca, pois foi aquele em que foram registradas 45.500 ocorrências de crimes violentos no município.

2. Objetivos

Objetivo Geral:

Desenvolver, monitorar e avaliar uma metodologia de trabalho em conjunto entre as polícias civis e militares na cidade de Belo Horizonte, estabelecendo mecanismos de planejamento nos níveis estratégico, tático e operacional.

Objetivos Específicos:

- Organização e acompanhamento de reuniões semanais de trabalho para cada uma das áreas integradas de segurança pública (AISPs) que compõem o município de Belo Horizonte.
- Organização e acompanhamento de reuniões mensais de trabalho em cada uma das áreas de coordenação integrada de segurança pública (ACISPs) que compõem o município de Belo Horizonte.
- Identificação e acompanhamento dos números relativos às principais ocorrências e problemas identificados em cada uma das AISPs.
- Identificação, acompanhamento e avaliação das ações planejadas e/ou implementadas por cada uma das AISPs.

3. Metodologia e Estratégia de Ação

A partir das já existentes estruturas das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), será desenvolvida uma metodologia de trabalho para o planejamento tático operacional das polícias militar e civil. O apoio para que esta integração ocorra se dará através do desenvolvimento de uma sistemática de trabalho em conjunto nas Áreas de Comando Integradas de Segurança Pública (ACISPs), e dos níveis gerenciais das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs).

AISP

No plano operacional, policiais de ambas as corporações em cada área integrada deverão planejar conjuntamente estratégias conjuntas com definição clara de objetivos e metas a serem alcançadas ao final de certo período estipulado pelas próprias equipes. Isto deverá estar traduzido em documento de cada AISP.

Para este planejamento, será fortemente estimulada a participação comunitária neste processo, seja através dos conselhos comunitários, através da mobilização de setores interessados em problemas específicos

Para a consecução dessas atividades, as equipes se reunirão três vezes por semana, com o intuito de checar dificuldades para realização das metas, e maneiras de se otimizar e compartilhar recursos, bem como as demandas a serem encaminhadas no nível de comando integrado. Tenentes, capitães e inspetores deverão se reunir para a troca de informações a serem transmitidas para cada equipe e turno.

Periodicamente (uma vez por mês) os policiais responsáveis por cada AISP deverão apresentar seu plano operacional regional, com a definição das metas e resultados, perante uma equipe das Regiões Integradas de Segurança Pública e membros da Secretaria de Defesa Social, que se encarregarão de avaliar o plano apresentado e, posteriormente, os resultados obtidos.

ACISP

No nível de apoio operacional e logístico, as ACISPs, através dos majores e delegados deverão dar apoio ao planejamento e suporte operacional para as atividades desenvolvidas nas Áreas Integradas, realizando para este fim uma reunião conjunta por semana.

Neste nível serão fornecidas todas as informações e dados para o planejamento dessas atividades, além do suporte material para a realização das atividades planejadas conjuntamente pelos responsáveis de cada batalhão e das Delegacias Seccionais. Para tal, deverão contar com o apoio das unidades especiais e delegacias especializadas, que também participarão das reuniões.

Mecanismos de suporte institucional e avaliação de resultados

Deverá ser montada uma sala de avaliação de desempenho e solução de problemas, com a participação dos comandantes das Regiões Integradas de Segurança Pública e de uma equipe da própria Secretaria de Defesa Social. Ali estarão disponíveis todos os dados e informações necessárias, bem como equipamentos de multimídia necessários aos encontros de avaliação. Estas reuniões serão o “centro nervoso” de todo o processo de integração, sendo cruciais para identificação de problemas e “gargalos” institucionais e políticos para a realização da integração das polícias nos níveis operacionais.

Elementos para uma gestão policial integrada

(a) Descentralização planejamento

- Operacionalização das unidades de gestão policial integrada
- Autonomia no planejamento e alocação de recursos humanos e materiais
- Comandos colegiados de análise e solução de problemas
 - Reuniões diárias para análise problemas e planejamento operacional

- Centros locais de análise de problemas de criminalidade
- Planejamento e avaliação em conjunto com Conseps, associações e representantes sociedade civil

(b) Gestão transparente e por resultados

- Prestação periódica de contas (mensal)
- Reuniões de avaliação sistema Compstat
- Desenvolvimento de sistemas de recompensa e custos conforme resultados

(c) Ênfase sobre as estratégias preventivas policiamento

- A ênfase no planejamento será conferida ao policiamento proativo, buscando identificar rapidamente problemas antes que eles comecem a surgir
 - Identificação de grupos e “alavancas” de processos criminais e focalização de ações sobre eles
 - Policiamento de saturação em “zonas quentes” de criminalidade

(d) Uso intensivo de bases de dados

- Serão estimulados o uso e compartilhamento de informações para efeitos de planejamento e análise de problemas
- Montagem de um sistema de dados amplo e confiável para subsidiar as ações
- Todas as estratégias e ações desenvolvidas terão que partir de uma análise de dados de forma conjunta por todas as instituições envolvidas

(e) Envolvimento comunitário

- Treinamento de todo efetivo policial da Região Metropolitana de Belo Horizonte em policiamento comunitário nos próximos dois anos

(f) Alocação rápida, concentrada, localizada e sincronizada de esforços

- Planejamento conjunto das unidades especiais da PM e da PC para efetuar ações rápidas, focalizadas e sincronizada entre elas, e com as unidades locais de policiamento
- Reuniões diárias para estabelecimento de metas e resultados a serem alcançados com essas atividades

(g) Unidades especiais de tarefas

- Serão criadas unidades especiais de tarefas, compostas por policiais e promotores:

- *Acompanhamento incessante e monitoramento de “casos”* específicos (o que aconteceu? Continua preso? Como anda o caso X?)
- *Monitoramento e avaliação de Gangues.* (GangNet)
- *Grupo especial de operações integradas* para efetuar prisões

(h) Avaliação e monitoramento permanente

- Todas as ações estarão sujeitas a monitoramento e avaliação constantes, afim de que mudanças sejam efetuadas quando necessárias.

DOGESP

Documento gerencial de trabalho IGESP

Este documento deverá ser preenchido e assinado por policiais civis e militares responsáveis por cada AISP. Para tal, sugere-se enfaticamente que reuniões semanais sejam realizadas em cada uma das AISPs com o objetivo de responder as questões levantadas pelo documento

O objetivo destas reuniões é a troca de informações entre policiais com o objetivo de realizar diagnósticos para a compreensão do que está ocorrendo em cada uma das regiões, bem como planejar e combinar procedimentos, estratégias e operações conjuntas para o controle dos problemas identificados nas reuniões.

Este documento será objeto de avaliação nas reuniões gerenciais do IGESP, a ser realizado na Secretaria de Defesa Social todo mês, em dia e horário a ser comunicado a todos os participantes de cada reunião. O conteúdo deste documento deverá ser amplamente dominado pelos policiais responsáveis por cada AISP e sua equipe de assessores.

I – Informação de atividades criminais

Inicialmente, boa parte dos diagnósticos municipais será fornecido pela Secretaria Executiva do IGESP, que se encarregará de encaminhar aos policiais de cada AISP um relatório e uma cópia em formato eletrônico dos dados e mapas que compõem este diagnóstico.

Posteriormente, é desejável que cada uma das AISPs venha a constituir uma equipe de Analistas de Crimes, composta por policiais de ambas as corporações, afim de que possam efetuar análises de forma mais compreensiva e em acordo com as necessidades locais. A montagem destas equipes pode, inclusive, vir a compor um plano inicial de metas no âmbito operacional

I - Sumário de dados quantitativos

Estes dados são organizados de forma preliminar pela secretaria do IGESP, mas é recomendado que eles sejam discutidos em maior detalhe pelos policiais

(1) Quais as principais tendências de criminalidade da cidade como um todo?

- *O que ocorreu ao longo do último ano?*
- *Comparar o mês sob avaliação com o mesmo mês dos últimos seis anos*

(2) Quais são as principais tendências de criminalidade de sua AISP?

- *O que ocorreu ao longo do último ano?*
- *Comparar o mês sob avaliação com o mesmo mês dos últimos seis anos*
- *Horário e local*
- *Mapas de atividades criminais*
- *Existe alguma explicação para a concentração de crimes nestas regiões?*

(3) Porque os crimes estão subindo (ou descendo) em sua área?

- *Existe ou não algum motivo específico aparente para esta tendência?*
- *Podemos compreender a causa deste movimento?*

II – Qualificação de investigação relacionada às atividades descritas

Esta parte do documento deverá ser preenchida pelos policiais das duas corporações de cada AISP, compartilhando informações para compreender os padrões de criminalidade acima descritos. Investigadores e policiais dos serviços de inteligência deverão se reunir para tentar responder as seguintes questões

- (1) Porque ocorrem os crimes identificados nos mapas? Quais os motivos da ocorrência nestes locais específicos, e nos horários identificados?*
- (2) Os senhores são capazes de identificar quem são as pessoas (grupos) que estão por trás destes crimes assinalados?*
- (3) Se forem de grupos, como é a estrutura deles? (quantos são? quem são os líderes? Eles associam-se com outros grupos?)*
- (4) Existe alguma relação entre os crimes descritos?*
- (5) Existe alguma conexão das vítimas com os crimes descritos? Comportamentos e hábitos delas contribuem para a ocorrência dos crimes?*
- (6) Qual o perfil das pessoas que cometem os crimes? Eles têm antecedentes criminais?*
- (7) Nome e informações policiais e judiciais dos principais suspeitos de estarem envolvidos com as atividades acima descritas (antecedentes criminais, busca e apreensão, fotos e fichas dos suspeitos)*
- (8) Informações dos principais criminosos em atividade em cada área*

III – Descrição de atividades realizadas para solução de problemas

Esta seção será dedicada à descrição de atividades realizadas em conjunto pelas polícias para a solução dos problemas identificados nas duas seções anteriores

- (1) Quantas reuniões foram realizadas e quais os participantes em cada uma delas?*
- (2) Qual a dinâmica das reuniões para a troca de informações sobre as atividades criminais identificadas?*
- (3) Que tipo de operações foram planejadas para a solução dos problemas identificados?*
- (4) Elas foram realizadas? Se não, porque?*
- (5) Quais os programas e estratégias desenvolvidos conjuntamente para a solução dos problemas?*
- (6) Quantas investigações foram realizadas relacionadas aos problemas?*
- (7) Quantas pessoas foram presas?*
- (8) Elas continuam presas? Se não, porque?*
- (9) Que tipos de problemas surgiram para o trabalho em conjunto entre as polícias?*

IV – Interação comunitária

Esta seção busca informações a respeito da interação com as comunidades locais, sejam elas os Conselhos Comunitários de Segurança, seja algum setor específico da sociedade com problemas que merecem ser focalizados (empresas de ônibus, metroviários, táxis, comerciantes de uma região etc.)

- (1) Foram realizadas reuniões com os Conselhos Comunitários de sua região?*
- (2) Quem participou destas reuniões?*
- (3) Como é o relacionamento dos Conseps, com as polícias?*
- (4) Como os membros dos Conseps avaliam o fenômeno da violência e criminalidade nas áreas geográficas identificadas como problemáticas?*
- (5) Quais as sugestões apresentadas pela comunidade para o enfrentamento e solução dos problemas de criminalidade naquela região da cidade?*
- (6) Foram feitas reuniões com setores específicos para a solução de problemas locais? Quais foram?*
- (7) Foram definidas metas junto aos Conselhos ou a setores específicos?*

V – Qualidade e correição do trabalho policial

(1) Existem queixas da população local em relação à qualidade do trabalho policial nestas regiões?

(2) Os senhores tem alguma informação a respeito de policiais envolvidos em atividades ilícitas que porventura possam estar comprometendo o cumprimento das metas estabelecidas

(3) Dados de corregdorias nas regiões

(4) Dados da Ouvidoria para cada região

VI – Planos e metas

- (1) *Quais são as metas para o próximo mês?*
- (2) *Que tipos de atividades serão realizadas para o cumprimento delas*
- (3) *Quais os recursos necessários em termos logísticos, humanos e operacionais para a realização delas?*
- (4) *Quantas operações em conjunto serão realizadas?*
- (5) *Quantas investigações serão empreendidas?*
- (6) *Quantos indivíduos identificados serão presos?*

5. Cronograma de execução e relatório de atividades

Atividade	Cronograma					
	Mês					
	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Revisão da literatura nacional e internacional sobre políticas públicas de controle dos crimes contra o patrimônio	ok	ok				
Construção, organização e codificação das bases de dados secundários do município de Belo Horizonte (crimes violentos, socioeconômicos, survey de vitimização e survey com oficiais e praças)		ok				
Análises temporais e especiais				ok		
Confecção do relatório final					ok	ok

Tarefas concluídas :

- Revisão da literatura
- Confecção do texto inicial de caracterização
- Confecção de texto metodológico
- Construção, organização e codificação da base de dados de crimes contra o patrimônio do município de Belo Horizonte
- Construção, organização e codificação da base de dados do survey de vitimização do município de Belo Horizonte
- Construção, organização e codificação da base de dados do survey com oficiais e praças da Polícia Militar do município de Belo Horizonte

- Construção, organização e codificação da base de dados socioeconômicos do município de Belo Horizonte
- Análise descritiva dos crimes violentos do município de Belo Horizonte
- Análise descritiva do survey de vitimização do município de Belo Horizonte
- Análise descritiva do survey com oficiais e praças da Polícia Militar do município de Belo Horizonte

Cláudio Chaves Beato
Coordenador Técnico da Pesquisa

BIBLIOGRAFIA

- Adorno, Sergio. 1998. “O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação”. In *São Paulo sem Medo : um Diagnóstico da Violência Urbana*. ED. Garamond. S. Paulo.
- Battitucci, Eduardo. 1998. “Análise Descritiva da Criminalidade Violenta no Brasil: o caso do homicídio em quatro regiões metropolitanas”. *Anais do GT 21 do XXII encontro da ANPOCS*, em Caxambu, outubro de 1998.
- Beato, Claudio C. 1992: “Suicídio ou Homicídio: A Definição de um Fato”. In *Análise e Conjuntura*, Fundação João Pinheiro, v.7, n.2,.
- Beato, Cláudio C.; Renato Assunção; Marcos C.Santos; Luiz Flávio Saporì; Eduardo Battitucci; Paulo César C. Moraes; Sérgio Luiz F. Silva; Cel. Lúcio Emílio Espírito Santo. 1998. “A Evolução da Criminalidade Violenta em Minas Gerais: 1986-1997”, nos *Anais da XXII Reunião da Anpocs*, Caxambu, 28 a 30 de outubro de 1998.
- Becker, Howard. 1977. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Ed. Zahar. São Paulo.
- Blau, Judith R. and Blau, Peter M. (1982) The Cost of Inequality: Metropolitan Structure and Violent Crime. *American Sociological Review*, 47, 114-29.
- Boschi, R. (ed.) 1982. *Violência e Cidadania*. Zahar, Rio de Janeiro.
- Brant, Vinicius C. (1986) *O Trabalhador Preso no Estado de São Paulo*. São Paulo: CEBRAP.
- Caldeira, T. 1989. “Ter Medo em São Paulo”. In Brant, V.C. (org.) *São Paulo. Trabalhar e Viver*. São Paulo. Brasiliense, pgs. 151-67.
- Clarke, Ronald V. G. 1966. Approved School Boy Absconders and Corporal Punishment. *British Journal of Criminology*, 6, 364-375.
- Clarke, Ronald e Felson, Marcus (eds.) 1993. *Routine Activity and Rational Choice*. Transaction Publishers.
- Coelho, Edmundo Campos. 1978. A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade. *Revista de Administração Pública*, 12, 139-61.
- _____. 1986a. A administração da justiça criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967. *Dados; Revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, 29 (1):61-81.
- Cohen, Lawrence e Felson, Marcus. 1979. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Approach. *American Sociological Review*, 44, 588-608.

- Collins, Randall, 1994: “Why the Social Sciences Won’t Become High-Consensus, Rapid-Discovery Science”, in *Sociological Forum*, v. 9, n. 2.
- Colvin, Mark e Pauly, John. 1983. “A Critique of Criminology: Toward and Integrated Structural-Marxist Theory of Delinquency Production”. *American Journal of Sociology*, 89: 513-51.
- Cornish, Derek B. e Clarke, Ronald V. (eds). 1986. *The Reasoning Criminal: Rational Choice Perspectives on Offending*. New York: Springer and Verlag.
- Dellasoppa, Emilio, Bercovich, Alicia M. e Arriaga, Eduardo. “Violência, direitos civis e demografia no Brasil da década de 80? O caso da área metropolitana do Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.39, fevereiro.
- Durkheim, Emile. 1978. *A Divisão do Trabalho Social*. Ed. Presença. Lisboa.
- Feiguin, D. e Lima, R.S. 1995. “Tempo de Violência: Medo e Insegurança em São Paulo”. In *São Paulo em Perspectiva*. Revista da Fundação SEADE. São Paulo, 9(2), abr./jun.
- Felson, Marcus. 1994. *Crime and Everyday Life*. Pine Forge Press.
- Glaeser, Edward L.; Sacerdote, Bruce e Scheinkman, José A. 1996. “Crime and Social Interactions. *The Quarterly Journal of Economics*. May.
- Gunn, Phillip. 1998. “Uma geografia da violência na região metropolitana de S. Paulo nos anos 80”. In Pinheiro, P.S. (org.) In *São Paulo sem Medo : um Diagnóstico da Violência Urbana*. ED. Garamond. S. Paulo.
- Messner, Steven F. 1982. Poverty, Inequality, and the Urban Homicide Rate. *Criminology*, 20, 103-114.
- Newman, Graeme; Clarke, Ronald; Shoham, S. Giora. 1997. *Rational Choice and Situational Crime Prevention*. Ashgate. Darmouth Publishing Company Limited.
- Paixão, Antonio Luiz. 1982 Crime e Criminosos em Belo Horizonte. In Boschi, R. (ed.) *Violência e Cidadania*. Zahar, Rio de Janeiro.
- _____. 1988a. *Indicadores Sociais de Criminalidade*. Fundação João Pinheiro.
- _____. 1988b. Crime, Controle Social e Consolidação da Democracia, In Reis e O'Donnell, eds. *A Democracia no Brasil*. Vértice, São Paulo.
- _____. 1990. “A Violência Urbana e a Sociologia? Sobre crenças e fatos e mitos e teorias e políticas e linguagens...”. *Religião e Sociedade*, 15, 1: 68-81.
- _____. 1993. *A Política da Polícia*. Estudos Implementares FJP. Mimeo.
- Pinheiro, Paulo Sérgio. (Org.) 1983. *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense.
- Shaw, C.R. e McKay, H.D. 1942. “Juvenile Delinquency and Urban Areas. University of Chicago Press,

Chicago.

Sherman, Lawrence W. e Berk, Richard A..1984. The Specific Deterrent Effects of Arrests for Domestic Assault. *American Sociological Review*, 84, 261-272.

Williams, Kirk.1984. Economic Sources of Homicide: Reestimating the Effects of Poverty and Inequality. *American Sociological Review*, 49,283-289.

Wilson, James Q. e Herrenstein, Richard J. 1985. *Crime and Human Nature: The Definitive Study of the Causes of Crime*. Touchstone Book. Simon & Schuster, Inc. New York.

Zaluar, Alba. 1985. *A Máquina e a Revolta*. São Paulo. Brasiliense.